

Capítulo 2

Minerva Brasiliense: Romantismo, Nação e Literatura

A época representada pelo Romantismo, como um estilo de pensamento, das últimas décadas do século XVIII até meados do século XIX foi catalisada por experiências que caracterizaram singularmente a modernidade. Experiências que foram fortes e radicais, que por sinal vinham ocorrendo desde o início do século XVIII, e acabaram por gerar mudanças substanciais nas relações entre experiência e expectativa.¹

A Europa presenciou a euforia e as conseqüências trazidas pela Revolução Industrial na Inglaterra: novos inventos para a indústria, divisão do trabalho e maior produtividade, formação de centros fabris e urbanos, formação de um operariado, revoltas sociais, associações de trabalhadores e patrões. Com o Iluminismo sintetizando uma atitude geral de pensamento e ação na Europa, foram criadas tradições filosóficas, sociais, políticas e intelectuais. Já a Revolução Francesa, em 1789, abria um novo horizonte não só na França, mas também em outras partes do mundo, resignificando os diferentes tipos de ação política, não mais aquele pautado no Antigo Regime. Ela traduziu no campo da experiência cotidiana o que o progresso havia definido conceitualmente, através do pensamento iluminista. A história como aquela que estava sendo escrita pelos homens era múltipla e apresentava caminhos diversos.

Operaremos com o romantismo como um fenômeno que surgiu inicialmente nos principados germânicos e na Inglaterra e, depois de chegar à França, espalhou-se por toda a Europa. Seu desenvolvimento esteve diretamente relacionado às profundas transformações políticas, econômicas e intelectuais vividas por esses países no período. Porém, trouxe também as contradições e as marcas próprias das revoluções: otimismo e reformismo social, decepção e pessimismo, saudosismo e contra-revolução.

Além disso, era de se esperar que os românticos ao se “rebelarem” contra as normas da tradição clássica, não estivessem propensos a seguir certas regras. Os

¹ Ver KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência e horizonte de expectativas, duas categorias históricas” In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro : Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

preceitos clássicos não mais contemplavam as mudanças ocorridas no campo político e econômico e a tradição a eles associada já não tinha respostas para um novo mundo que despontava. Captar aquilo que as revoluções estavam apresentando à história foi o esforço constante dos românticos, além da própria necessidade de apresentar “*novas formas de sensibilidade aptas a simbolizarem, ainda que difusamente, o ineditismo das mudanças em toda a sua efervescência*”.²

Com o intuito de verificar o esforço dos românticos em captar o que as revoluções estavam apresentando à história, é importante atentarmos para o conceito de revolução, onde notou-se que até 1789 os seus vínculos eram mais estreitos com a astronomia do que com a política. Revolução significava a rotação completa dois astros em torno do sol. Com isso, evidenciou a predominância de uma concepção cíclica do tempo histórico. A idéia de retorno ao mesmo ponto de partida, no que cabe a rotação em 360° dos astros, prevaleceu àquela idéia de ruptura, de novidade.

Na concepção cíclica do tempo, revolução, não implicou nenhuma mudança, nenhuma novidade, ou transformação radical. Esse novo sentido de ruptura só foi possível com o advento da Revolução Francesa. A partir de então, um movimento dito revolucionário passou a significar um movimento cujas pretensões eram promover uma modificação radical como aquela, estabelecendo o novo no lugar daquilo que era antigo. E, para que essa relação entre novo e antigo pudesse ser diferenciada foi necessário que o tempo histórico deixasse de ser entendido como cíclico e passasse a ser compreendido como linear.

Entendendo a concepção cíclica do tempo representada como um círculo, cujo interior é preenchido com um número limitado de fatos que se repetem e a concepção linear do tempo cuja melhor representação se dá por uma linha reta orientada constantemente para frente, onde os acontecimentos se tornam singulares, por isso mesmo, irrepetíveis, a noção de tempo histórico linear gerou alguns problemas de difícil solução, e que João Cezar de Castro Rocha nos ajuda a compreendê-los.

Os problemas são: se a história é o conjunto de fatos particulares e se cada fato apresenta um caráter próprio, como encontrar sentido para a sucessão de fatos

² SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo. Estação Liberdade. 3ª Ed., 2004.

individuais? E, poderia essa sucessão discernir uma orientação independentemente da diversidade dos acontecimentos? João Cezar de Castro Rocha nos diz que na primeira questão, a tarefa de conciliar a ação no presente com o futuro almejado seria praticamente impossível, dada a casualidade da história. Já na segunda questão, a orientação para a ação no presente seria buscada no passado, devido a um padrão de comportamento dominante no que tange a sucessão dos fatos, a História Mestra da Vida.³ Essa tendência seria o guia para chegar-se ao futuro desejado.

Os pensadores e historiadores do século XIX buscaram resolver esse impasse mediante a associação das noções de progresso, evolução e nação. Essa associação deu origem ao sentido de história característico do Romantismo.

Já no campo da arte, vemos que a experiência arcádica – escola literária surgida na Europa no século XVIII – foi revolucionária, do ponto de vista ideológico, porque expressava numa perspectiva mais ampla, a crítica da classe burguesa aos abusos da nobreza e do clero praticados no Antigo Regime. Porém, o mesmo não se pode dizer de seu aspecto estético, uma vez que, fundamentalmente, o Arcadismo se limitou a eliminar os exageros do Barroco e a retomar os modelos do Classicismo do século XVI. A tarefa de criar uma linguagem nova, de criar novas formas de sensibilidade, mediante as experiências vividas, caberia aos participantes do movimento romântico.

Assim, de maneira geral, foi a arte romântica que pôs fim a tradição clássica de três séculos e deu início a uma nova etapa na literatura, agora voltada para os assuntos de seu tempo – efervescência social e política; esperança e paixão; luta e revolução – e também para o cotidiano daquela classe em ascensão do século XIX.

Grosso modo, aquele que participava do movimento árcade centrava sua arte na *razão*, o que participava do movimento romântico a centrava no *coração*. Nesse sentido, na estética romântica, a fantasia, o sentimentalismo e a impulsividade acabaram por não ter limites e quebraram os padrões da herança clássica. Tratava-se de uma arte com valores diferentes, mais espiritualistas, contrários ao cientificismo, ao materialismo e, sobretudo ao racionalismo iluminista.

³ ROCHA, João Cezar de Castro. “História”. In: JOBIM, José Luís (org.). *Introdução ao romantismo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 35.

No encontro da vida com a arte, aqueles que exibiam as características clássicas achavam que uma obra de arte tinha o seu valor estimado quando se aproximava dos modelos greco-romanos. Já para aqueles que se queriam românticos, a arte não deveria ser imitação, mas expressão direta da emoção, da intuição, da inspiração e da espontaneidade vividas por eles na hora da criação. De modo geral, pode-se dizer que o movimento romântico marcou uma importante mudança de postura em suas diferentes nuances: a proximidade maior entre a vida e a obra do autor, e entre a obra e a realidade circundante.

Por isso, é praxe associar as práticas e ações que geram sentimentos de pertença nacionais aos valores do movimento romântico, não só nas sociedades européias como nas sociedades americanas. Procuraremos seguir o caminho que Márcia Gonçalves nos abre ao problematizar esta associação entendendo o romantismo para além de uma simples fonte de referências para se pensar a nação.⁴

O romantismo tanto nas sociedades européias quanto nas sociedades americanas não se manifestou somente como movimento estético, filosófico e cultural. Ele englobou mais de uma área de expressão da própria personalidade humana, não só a política, mas também a arte, a literatura, a filosofia, a história e assim por diante. Os seus produtos nos diversos espaços em que se manifestou foram variados e imbuídos de intenso colorido regional. Daí, podermos nos referir a romantismos no plural. Márcia Gonçalves alerta-nos, entretanto, que ao procurar essa pluralização deve-se ter o cuidado

*“de precisar as variações românticas que o adjetivo romântico adquiriu nas diversas línguas, com direito a periodização particulares para as gerações de autores com cada país. Assim, fala-se nos casos alemão, inglês, francês, italiano, português, brasileiro e tantos outros”.*⁵

Nos casos das sociedades européias, em especial na França, Inglaterra e Alemanha, as experiências vivenciadas durante a era das revoluções marcaram aqueles que partilhavam do ideário romântico e que se projetaram nos campos das letras, das artes, das filosofias, das ciências e da política.

⁴ GONÇALVES, Márcia. “Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial – 1831-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009. Vol. II.

⁵ *Ibidem*. p. 431.

Ao associar o romantismo a utopia, Saliba, diz-nos que

“o romantismo nutriu-se fervorosamente, ao mesmo tempo, da realidade e da possibilidade de uma mudança radical da história. Todas as suas correntes, ideologias e projetos alimentaram-se – como sonho ou pesadelo, como esperança ou medo – de uma ruptura e de uma quebra sem precedentes com o passado”.⁶

Tomando as palavras de Saliba, percebe-se uma dupla postura quanto a sensibilidade romântica: uma perante à sociedade e outra, perante à história.

Primeiramente, na sua relação com a sociedade, na experiência europeia, a busca daquelas autênticas tradições nacionais imersas em um passado distante e obscuro foi mais visível nas classes dominantes e dos grupos ligados à manutenção do poder monárquico. Nesse sentido, percebemos o interesse maior pelo universo medieval, pois nele estariam as origens e os traços definidores de um desconhecido espírito nacional, daí uma visão bastante mistificadora do universo feudal. Se no campo político e ideológico, a primeira postura se desdobrou em posições conservadoras, no campo estético forneceu caminhos de expressões muito particulares, orientados no subjetivismo, no misticismo e na busca de liberdade de criação. A volta ao passado por parte dos que atuavam tanto no campo político e ideológico quanto no campo estético foi uma espécie de retomada de um fio de continuidade orgânica do passado, face à quebra de continuidade oferecida pelo presente.

A relação da sensibilidade romântica com a história reconheceu-se na quebra das estruturas do passado; o novo tempo que se abria com o advento das Revoluções potencializava *energias utópicas*⁷; existia uma ansiedade pelo futuro, tendo o presente como um período que precedia aquilo que seria a felicidade das nações, e povos.

Dentro do movimento romântico existiram pessoas que consideravam o presente como o começo do futuro, enquanto outras viam simplesmente o futuro alcançado pelo passado. A diferença é tanto mais fundamental e, sobretudo radical na medida em que o conceito linear de história é algo secundário para os que se fidelizaram à idéia de futuro pautada na busca das autênticas tradições. Nesse sentido, a história, como conhecimento e como instituição, foi valorizada e teve

⁶ SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo. Estação Liberdade. 3ª Ed., 2004. p. 15.

⁷ *Ibidem*.

lugar de destaque no ideário romântico. O que queremos demonstrar aqui, com a apresentação dessas duas posturas é a complexidade do movimento romântico, sobretudo sua ambigüidade.

Podemos dizer que nas primeiras décadas do século XIX a sensação de esvaziamento do passado como fonte de modelos foi um dos fatores que estimulou o desenvolvimento da nova sensibilidade histórica, do romantismo. Esta sensibilidade histórica girava em torno da idéia da historicização da realidade, desse modo, embora as coisas mudassem, elas poderiam ser compreendidas como em um processo de evolução no tempo.

Para tanto, para a compreensão do movimento da sensibilidade histórica em torno da historicização da realidade e dos fatos como um processo evolutivo, faz-se necessário desenvolver, a partir do termo nação, a noção de progresso. Os dilemas apresentados quanto à nova concepção de tempo histórico deveriam ser resolvidos, mas essa tarefa não fora fácil. A grande questão, era como ordenar minimamente os fatos históricos? No campo da literatura, como ordenar e manter a coerência da narrativa cotidiana de um personagem pertencente a uma trama, vide que a cada dia de sua vida apresenta novos acontecimentos, por exemplo?

A solução residiu no aperfeiçoamento da narrativa ficcional desde meados do século XVIII no que tangeu a sua forma em lidar com o tempo histórico linearmente concebido. No decorrer de suas tramas, os romancistas em suas narrativas ficcionais se concentraram em momentos relevantes previamente selecionados, ou seja, privilegiavam somente aqueles acontecimentos que colaboravam para o desenvolvimento da trama.

A história do Brasil no século XIX, por exemplo, poderia ser composta pela descrição da vida de “todos” os cidadãos brasileiros? O esforço do historiador do século XIX seria doloroso e maçante, e de certa forma estaria condenado à incapacidade em selecionar os fatos mais relevantes da história, que ao longo do tempo ganhava mais escopo em ser a narrativa da nação.

No entanto, o historiador oitocentista soube se apropriar desta metodologia da seleção dos fatos mais relevantes na narrativa ficcional, superando assim os limites da questão da pátria explicitados por Voltaire:

“Uma pátria é um composto de várias famílias; e assim como mantemos a nossa família por amor-próprio, quando não há um interesse contrário, é pelo

mesmo amor-próprio que mantemos a nossa cidade ou aldeia, a que chamamos pátria. Quanto maior vai-se tornando esta pátria, menos a amamos, pois o amor compartilhado enfraquece. É impossível amar ternamente uma família excessivamente numerosa, que mal conhecemos”.⁸

Para Voltaire, a pátria foi o vínculo de diversas famílias. Quanto mais distante o vínculo, mais fraco se tornava o sentimento patriótico. A construção de uma história nacional e a constituição de um espírito nacional deveriam ser elaboradas com o intuito de gerar um sentimento nacional entre todos os habitantes de um determinado território. O espírito nacional, para cuja construção foi necessária à história narrativa linear, com fatos selecionados, permitiu um fortalecimento da pátria enquanto laço de solidariedade em um corpo social.

Para esse movimento foi essencial o mecanismo da palavra impressa, pois ela criou referências que superaram distâncias geográficas, no que se aproxima do conceito de *comunidades imaginadas*⁹. Os tipos impressos, como jornais e romances permitiram que informações fossem compartilhadas por uma comunidade muito maior que a composta por famílias que mantiveram vínculos entre si. Dessa maneira, a circulação desses impressos criou uma comunidade imaginada entre uma determinada congregação de companheiros-leitores capazes agora de imaginar a vinculação com o “outro” e de perceber a existência desse “outro” enraizado na vida cotidiana, embora não conhecessem a sua identidade.

O sentimento patriótico que circulou entre as “famílias”, constituídas pelas nações modernas dentro de um determinado território, que permitiram estabelecer os seus vínculos a todo tempo eram nutridos por um compartilhamento de um passado comum. Identificar e fortalecer a origem de uma comunidade se transformou num caminho seguro para assegurar a estabilidade do presente e garantir o futuro, cujo objetivo era a felicidade.

A história à época desempenhou um papel relevante, e de caráter duplo. Primeiro, colocou em evidência o princípio fundamental e revelador, de que a nação seria uma consciência moral coletiva, sistematizado por Ernest Renan em seu texto-chave para a compreensão do termo nação no século XIX, *O que é uma*

⁸ Apud. ROCHA, João Cezar de Castro. “História”. In: JOBIM, José Luis (org.). *Introdução ao romantismo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 38.

⁹ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

nação?. Renan disse-nos que para formar a nação, seria necessário tanto lembrar coletivamente, como esquecer coletivamente.

“Ora, a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muito em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas. Nenhum cidadão francês sabe se é burgúndio, alano, taifale, visigodos, todo cidadão francês precisa ter esquecido São Bartolomeu, os massacres do Sul no século XIII”.¹⁰

Dessa forma, a tarefa do historiador deveria tanto incluir e selecionar fatos relevantes que favorecessem a unidade nacional quanto esquecer os acontecimentos que a comprometessem.

A tarefa do historiador precisava associar a busca das origens à concepção de tempo linear. Mas, como os historiadores e os homens de letras deveriam garantir que a nacionalidade não se perdesse no tempo, visto que somente a busca e identificação da origem da nacionalidade não assegurariam o sentimento comum da nação? Por meio das idéias de evolução e progresso, que vêm, no tempo linear, o caminho da consolidação do passado inventado. A marcha do tempo e sua linearidade se definiram a partir da leitura e memória do passado. Com isso, a concepção de história romântica, por meio dos historiadores – os organizadores dos documentos e fatos –, e os homens de letras – aqueles dotados de imaginação e criatividade – parecem ter resolvido o problema da história linear.

Enquanto em épocas remotas os modelos de sociedades perfeitas eram situadas em um lugar distante, por isso o significado de utopia como o não-lugar (do grego: *ou*, não e *topos*: lugar), na época moderna esse modelo vai estar situado não mais em um lugar, mas sim em um tempo ainda não realizado, ou seja, os padrões de ação e conduta no presente deveriam ser buscados no futuro. Nos processos de criação dos que participaram da atitude romântica, as utopias se tornaram o lugar de fala cada um, expresso pelas individualidades.

Nos dizeres de Márcia Gonçalves, *“a nação, como lugar, espaço modificado pelas relações entre sujeitos diversos, passava a figurar entre as muitas utopias da história – experiência humana no mundo – e do tempo –*

¹⁰ RENAN, Ernest. “O que é nação?”. In: ROUANET, Maria Helena (org.). *Nacionalidade em questão*. Caderno da Pós / Letras. Uerj. 1997. p.20.

durações dessas experiências –, que os romantismos fizeram existir”.¹¹ Com isso, viu-se uma estreita relação entre dois pares ordenados romantismo / nação e história / utopia. O valor da história, na passagem do século XVIII para o século XIX, ganhou resignificação como conhecimento capaz de dar sentido ao passado e ao futuro.

Tomando o Romantismo como um fato histórico e nesse sentido, como fato histórico que assinalou na consciência humana a relevância da consciência histórica, pode se dizer que nesse período houve uma temporalização da história, em que as noções de passado, presente e futuro ganharam articulações notáveis a partir da idéia de processo. De acordo com J. Guinsburg, o romantismo inverteu toda a maneira de ver a história, até então concebida pelo prisma do racionalismo ilustrado.

O discurso histórico sofreu uma mudança revolucionária. Ele deixou de ser

“meramente descritivo e repetitivo, para se tornar basicamente tanto interpretativo quanto formativo, genético. É a história que produz a civilização. Suas fontes propulsoras estão menos na ação isolada do homem abstrato, singularizado na sua ratio, do que, de um lado, no indivíduo, fantasioso, imprevisível, de alta complexidade psicológica, centrado na sua imaginação e sensibilidade (...)”.¹²

O romantismo na sua inclinação historicizante aglutinou as sociedades em mundos, comunidades, nações, raças, que acabaram por produzir uma individualidade muito peculiar, uma particularidade, mas não de cada indivíduo e sim de um grupo específico.

Se o mundo se apresentava fragmentado mediante as revoluções, e era modificado constantemente por seus reflexos, o ideal de modelo único, a visão cosmopolita do pensamento ilustrado, ou seja, o universalismo, estava posto em xeque. Pois o ineditismo do movimento revolucionário francês permitiu que a temporalização da história se consolidasse, sendo assim, nada poderia se comparar aos acontecimentos que se seguiram pós-1789. Com isso, o coeficiente de mudança foi incluído nas expectativas dos agentes, os quais passaram a acreditar no papel decisivo da sua ação para o curso da história.

¹¹ GONÇALVES, Márcia. “Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial – 1831-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009. Vol. II. p. 433.

¹² GUINSBURG, Jacob. *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985.

Outro ponto bastante importante a ser considerado é o das concepções de Herder sobre a dinâmica da evolução da história e sobre a relação entre o fenômeno lingüístico e o processo histórico que, por sinal, influenciaram muito os princípios desenvolvidos no Romantismo. O trecho a seguir de Herder muito nos revela sobre a concepção de história do romantismo, uma concepção organicista, onde existe um movimento de continuidade a partir de matrizes ancestrais e genéticas das quais a língua é uma manifestação. Vejamos:

*“Vou adiante, se, na poesia, o pensamento e a expressão aderem firmemente um ao outro, sem dúvida, então, deverei poetar na língua na qual tenho o maior domínio e poder sobre as palavras, o maior conhecimento das mesmas ou, pelo menos, a certeza de que minha ousadia não se torna anarquia e, sem dúvida, esta é a linguagem materna. (...) Como, pois, poderia exprimir-me melhor do que em minha língua materna? Como a pátria, ela supera em encanto todas as outras línguas aos olhos daquele que foi filho do seu coração, o lactante em seu seio, a criança em suas mãos e que agora deverá ser a alegria de seus melhores anos, a esperança e a honra de sua velhice”.*¹³

De acordo com João de Castro Rocha, a idéia, que seria aperfeiçoada pela historiografia romântica, segundo o qual a tarefa do historiador mais importante é desvelar o ‘espírito do povo’ (*Volksgeist*) através de suas manifestações históricas, essa idéia não deveria ser vista exclusivamente como uma metáfora. O *volksgeist* era o presente concreto, era aquilo entendido como algo palpável, espelhado nos tipos físicos e nas paisagens características de um determinado país ou região. Ou seja, a partir do momento que o processo histórico é uma continuidade linear do caráter ancestral da nação, torna-se importante identificar este caráter, ou como é chamado, ‘espírito do povo’. Este se torna palpável entre outras formas, pela língua. Enfim, o ‘espírito do povo’ à época funcionou como uma espécie de suporte da nacionalidade. Suporte que legitimou o princípio de seleção, da qual já falamos aqui, mediante o qual o historiador organizava sua interpretação do passado e sua projeção do futuro.

A contradição desta concepção aplicada ao romantismo brasileiro é a seguinte: como ver na língua o ‘espírito do povo’ quando a língua é a do colonizador? Seguido do fato de que entre a Independência e o início do movimento romântico passaram-se apenas 14 anos, Muito pouco tempo para que

¹³ Apud. ROCHA, João Cezar de Castro. “História”. In: JOBIM, José Luís (org.). *Introdução ao romantismo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 48.

as tradições fossem buscadas e identificadas. Portanto, as transformações deveriam ser feitas no ‘ideário romântico’, com intuito de ajustá-lo às suas circunstâncias. Uma dessas transformações foi a utilização da natureza. Para João de Castro Rocha, “*na impossibilidade de sustentar a concepção organicista da nacionalidade através do recurso à tradição histórica, os românticos brasileiros descobriram na natureza uma forma de compensação. Na verdade, foi Ferdinand Denis [primeiro estudioso a ver a literatura brasileira como autônoma em relação à portuguesa e que identificou o dilema tratado, já em 1826] quem sugeriu a fórmula*”.¹⁴

A fórmula adotada foi a compensação da ausência de tradições históricas pela identificação da nacionalidade com a natureza exuberante e tropical do Brasil. Daí também, segundo o autor, o surgimento do romance indianista: “*O índio era o elemento que fornecia o vínculo orgânico entre a natureza tropical e uma forma de vida propriamente ‘brasileira’, ou seja, anterior à colonização portuguesa*”.¹⁵ O autor, sob um olhar de maior duração no processo do movimento romântico brasileiro também vê nos romances históricos o instante de solidariedade entre a história e a literatura no esforço de construção da nacionalidade. Portanto, a invenção de tradições a serem escritas pela história em caráter linear e evolutivo funcionou como forma de consolidação do Império do Brasil e de suas tradições.

Uma das premissas de Herder foi pensar que cada período da história de um povo deveria ser considerado como portador de uma lógica interna própria. Portanto, haveria um senso de injustiça ao caracterizar esse período a partir de idéias ou sentimentos de outra, ou um povo pelos hábitos e história de seus vizinhos. Herder, nesse sentido, estabeleceu uma crítica a um tipo de Filosofia da História que de certa maneira tentava julgar as épocas passadas a partir de um mesmo critério de racionalidade. Com isso, cada época, assim como os indivíduos, realizou aquilo que estava determinado por suas circunstâncias. O próprio tratamento dos povos e das épocas como únicos, imutáveis, levaria a necessidade de conhecer em detalhe sua história para compreendê-los. Vejamos algumas palavras de Herder em sua obra *Uma outra Filosofia da História*:

¹⁴ ROCHA, João Cezar de Castro. “História”. In: JOBIM, José Luís (org.). *Introdução ao romantismo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 50.

¹⁵ *Ibidem*. p. 51.

“Como é difícil expressar a qualidade de um ser humano individual, e como é impossível dizer exatamente o que diferencia um indivíduo de outro, sua forma de sentir e viver; quão diferente e individual tudo se torna quando é visto pelos olhos, compreendidos pela alma e sentido pelo coração. Quanta profundidade existe no caráter de um só povo que, independentemente das vezes que seja observado, mesmo assim escapa à palavra que procura descrevê-lo e, ainda com essa palavra para compreendê-lo, raramente é reconhecível ao ponto de ser universalmente compreendido e sentido. Se isto é assim, que será o que acontece quando alguém procura dominar um oceano completo de povos, épocas e culturas, com um golpe de vista, um sentimento, mediante uma só palavra! Palavras, pálido jogo de sombras! Um quadro completo e dinâmico de formas de vida, de hábitos, desejos e características do céu e da terra, deve ser acrescentado ou proporcionado de antemão; se queremos sentir um só dos seus atos ou inclinações, ou todos eles juntos, devemos começar por sentir simpatia pela nação”.¹⁶

As *palavras*, sejam como unidades de um discurso, ou como unidades da língua escrita, expressas em um idioma, criavam a sociedade, a literatura e a história. Isto se dava ao relacionar os sentimentos com as coisas, ao estabelecer uma relação entre o presente e o passado, e ao tornar possível a memória e a imaginação. A língua e o idioma apareciam como *loce* autênticos da mentalidade e da herança particular de cada povo. Baseado na concepção de que cada época e povo possuem um “espírito”¹⁷ que sintetiza os diferentes elementos presentes nos variados contextos históricos e sociais, a literatura, entendida à época como *espírito do povo*, sintetizava o *locus* da ânsia em explicar a particularidade das nações modernas, emergentes ou não. Esta busca na explicação da peculiaridade consiste em encontrar ou ao menos esclarecer a idéia de “gênio” do povo. Aqui neste capítulo iremos tratar do caso brasileiro no que tange esta questão, evidenciado os esforços daqueles que se quiseram românticos na revista *Minerva Brasiliense*.

O gênio do povo era entendido também como seu caráter, sua índole; isso consistia na expressão da própria individualidade de um povo. Nos ensinamentos de Herder, os contemporâneos ou de gerações futuras que partilhavam suas idéias lançadas lá em 1791 viram a necessidade de compreender a individualidade que caracterizaria a nação partindo de sua própria experiência, seja ela francesa, alemã, inglesa, e até mesmo brasileira. Esta individualidade, como parte de um esforço delineador daqueles que se fizeram construtores de “edifícios” nacionais

¹⁶ Apud. SALIBA, Elias Thomé, *As utopias românticas*, op. cit., p. 42-43.

¹⁷ Por espírito do tempo, entendia-se no século XIX como o conjunto de determinações culturais e “espirituais” que garantiam certa unidade aos produtos intelectuais.

no século XIX, sejam nas sociedades européias ou nas sociedades americanas, vem associada à história, e uma história particular.

As palavras de Herder no trecho citado acima sugerem um deslocamento do significado do termo nação; aquela entendida como nação-contrato derivada do pensamento liberal e do constitucionalismo, e que uniu à emergência da nação moderna, é o reforço da nação entendida como mecanismo e aquela fundamental para conhecer o característico, o particular dos povos, épocas e culturas.¹⁸ Como campos de explicação do que viria a ser o particular, o peculiar, o autêntico das produções letradas e, sobretudo artísticas, tais como as letras, as artes e aquilo que se encaixava em uma posição crítica e de verificação que objetiva determinar a competência desses campos, tomavam para si um papel central na edificação da nação.

Na experiência brasileira, naquilo que tange a construção e a consolidação do Império do Brasil na primeira metade do século XIX, inúmeros foram os integrantes da elite política, que animados direta ou indiretamente pelos momentos posteriores da Independência exprimiram reflexões e projetos sobre as experiências nas quais eles estavam inseridos. Nessa elite política encontrou-se nomes como Evaristo da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Antonio Borges da Fonseca, Luís Augusto May, Ezequiel Corrêa dos Santos, Francisco de Sales Torres Homem, Santiago Nunes Ribeiro, Manuel de Araújo Porto Alegre, Joaquim Norberto de Sousa Silva, Joaquim Manuel de Macedo, entre outros.

Vejamos pelo menos dois momentos da experiência brasileira o que se refere a nação como contrato, e o esforço de formação da nação presente no projeto romântico, que significou sublinhar o ser brasileiro. O primeiro é o contexto em que se deu a Carta Outorgada em 1824 e o segundo, a criação do IHGB em 1838, importante instrumento sociocultural na construção da nação brasileira.

As dimensões cívica e étnico cultural quanto à nação foram latentes no pós-independência na experiência brasileira, porém, a sua identificação com o político fortaleceu-se e ganhou novos contornos. Mesmo permanecendo os velhos significados relacionados ao termo nação, a sua vinculação ao Estado ou à ordem

¹⁸ GONÇALVES, Márcia. “Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial – 1831-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009. Vol. II. p. 434.

política passou a ganhar bastante representatividade. Com base no texto já referido aqui de Renan, o autor disse que nação

“é como uma alma, um espírito, uma família espiritual (...) Aquilo que constitui uma nação não é falar a mesma língua ou pertencer ao mesmo grupo etnográfico; é haver feito grandes coisas juntos e querer ainda fazê-las no futuro”.¹⁹

Esse ensaio clássico evocou um conjunto de problemas, que, até os dias de hoje, vêm à tona sempre que porta-vozes de diversos segmentos sociais e políticos nomeiam a nação, e ao nomeá-la, a criam, a recriam, a inventam, a reinventam, e ao seu modo, a imaginam. Talvez o que se ressaltou primeiramente na afirmação de Renan foi o argumento em favor da comunidade de memórias e experiências como um marco distintivo de uma nação, para além dos atributos observáveis, que o próprio autor denomina etnográficos, ou seja, os lingüísticos, religiosos, raciais, e etc. Segundo o argumento de Renan, a nação não estaria assentada sobre uma camuflagem de pureza cultural ou homogeneidade etnográfica, e sim em uma comunidade culturalmente diversa, ainda que homogênea em seus sentimentos e heranças de memórias.

Contudo, não só munidos de sentimentos e aspirações, aqueles que foram os construtores da nação brasileira recém fundada, exprimiram também seus interesses políticos por meio de suas vontades. Em torno delas se aglutinavam os interesses de grupos políticos em disputa com os seus projetos, no que consistiu em que rumo o Império do Brasil deveria tomar. Essa vontade se expressou no presente desses construtores políticos, no que envolveu a construção e defesa da nação brasileira.

Portanto, da maneira como foi pensada e conduzida pelos grupos liberais conservadores, a independência do Brasil foi muito mais uma passagem habilmente negociada e disputada pelas elites do que uma ruptura radical do conjunto da sociedade com a dominação portuguesa. Do mesmo modo, o tumulto e os conflitos que se seguiram a 1822 – e que se estenderam por longo período – revelaram mais a difícil acomodação dos diversos interesses políticos e

¹⁹ RENAN, Ernest. “O que é nação?”. In: ROUANET, Maria Helena (org.). *Nacionalidade em questão*. Caderno da Pós / Letras. Uerj. 1997. p.38-40.

econômicos na nova ordem institucional do que o compromisso com a mudança das estruturas sociais.

De fato, após o sete de setembro, os cenários social, econômico e cultural, tal como começaram a ser desenhados no período joanino, continuaram praticamente sem mudanças relevantes. O estilo pomposo e festivo da Corte no Rio de Janeiro e a maior presença de europeus na capital e em algumas outras cidades contrastavam com os costumes rústicos, a pobreza e a violência que dominavam as zonas rurais e mesmo certas áreas urbanas. A jovem nação que oficialmente nascia com o Império conservava as marcas da herança social da colônia, sobretudo o trabalho escravo. Vista como fornecedora de mão-de-obra, a escravidão, ao invés de ser eliminada, seria até fortalecida com sua incorporação à estrutura política e jurídica do novo regime brasileiro.

Tudo isso foi capturado e registrado por alguns contemporâneos, cidadãos brasileiros e viajantes estrangeiros, na maioria europeus, dos quais são exemplos: José da Silva Lisboa, Evaristo da Veiga, a escritora inglesa Maria Graham, o pintor francês Jean-Baptiste Debret, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, o engenheiro alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege, o naturalista alemão Carl von Martius, o pastor metodista norte-americano Daniel Kidder e o comerciante inglês John Luccock. Dispomos de grande volume de diários de viagem, crônicas, ensaios, textos jornalísticos e literários, cartas, além de desenhos, pinturas e outras produções que permitem entrever o panorama cultural, político, social e econômico do país na época da Independência, entre as décadas de 1810 e 1830.

Convocada em junho de 1822, a primeira Assembléia Constituinte brasileira foi oficialmente instalada no Rio de Janeiro em maio de 1823. Das províncias apresentaram-se quase 90 deputados, estes eram na maioria bacharéis, magistrados, religiosos, militares, alguns poucos médicos, proprietários de terras, comerciantes e funcionários públicos, todos eleitos pelo sistema de eleição indireta, representando ali uma pequena parcela de eleitores.

Esses deputados eram quase todos inexperientes nos assuntos legislativos, com exceção daqueles que tinham participado das Cortes portuguesas, como Antônio Carlos de Andrada e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Eles se dividiam em duas facções políticas: o Partido Brasileiro, majoritário, defensor da Monarquia constitucional, limitando os poderes do imperador e dos portugueses, e

o Partido Português, defensor da reunião com Portugal, sobretudo após a restauração do absolutismo por D. João VI.

As disputas e conflitos entre as duas facções não tardaram, envolvendo a figura de D. Pedro I. Por sugestão de José Bonifácio, na abertura dos trabalhos da Assembléia, o imperador dirigiu-se aos “*dignos representantes da Nação brasileira*” para pedir-lhes “*firmeza nos princípios constitucionais*”. E lembrou-lhes: “*espero que a Constituição que façais seja merecedora da minha imperial aceitação, que seja tão sábia e tão justa quanto apropriada à localidade e civilização do povo brasileiro*”²⁰, ou seja, que a Constituição fosse digna do Brasil e dele, o imperador. Este ato elocucionário, de certa maneira, deflagrou a crise no governo.

Nessa movimentação havia certo ranço de absolutismo pairando no ar. O imperador deixava claro que sua autoridade precedia e se sobrepunha à da Constituinte, convocada por ele próprio. Para os parlamentares, a Constituinte era soberana, porque nela estava a soberania popular, transferida para os representantes eleitos pelo povo. Uma soma exagerada de poderes nas mãos do imperador chocava-se com as idéias e princípios liberais.

De fato, o imperador e os integrantes do Partido Português não aceitavam essas decisões, o que provocou o acirramento dos conflitos. Em novembro de 1823 houve uma reação do Partido Português, ou seja, daqueles que defendiam o reforço da autoridade do Imperador D. Pedro I. Tal reação abriu caminhos para o fechamento da Assembléia Constituinte. Em caráter justificativo deste último ato, D. Pedro I disse:

*“Havendo esta Assembléia perjurado ao tão solene juramento que prestou à Nação, de defender a integridade do Império, sua independência e a minha dinastia: Hei por bem, como Imperador, e Defensor Perpétuo do Brasil, dissolver a mesma Assembléia, e convocar já uma outra (...); a qual deverá trabalhar sobre o projeto de Constituição que eu lhe hei em breve apresentar; que será duplicadamente mais liberal, do que o que a extinta Assembléia acabou de fazer.”*²¹

²⁰ *Anais da Assembléia Constituinte*, 1823, tomo I.

²¹ *Coleção das leis do Império do Brasil de 1823*, p. 85.

No entanto, não foi convocada uma nova assembléia. Houve a nomeação de um Conselho de Estado para elaborar a Constituição Política do Império do Brasil que seria outorgada em 25 de março de 1824.

Mas o que pareceu ser o ponto de chegada tornou-se apenas um ponto de partida. Um novo pacto político foi estabelecido entre o Estado Nacional brasileiro em formação e a Sociedade. Faz-se necessário uma análise desse pacto, a fim de compreender permanências e deslocamentos nas estruturas sociais e políticas da nova Nação.

Outorgada a Constituição Política do Império, “*oferecida e jurada por Sua Majestade o Imperador*” destacam-se alguns de seus principais dispositivos logo ao início de seu texto:

(Art. 1) “*O Império do Brasil é a **associação política** de todos os cidadãos brasileiros. Eles formam uma Nação livre, e independente, que não admite com qualquer outra laço de união, ou federação, que se oponha à sua independência.*” (Grifo nosso).

A partir do termo grifado e do restante do artigo constitucional podemos identificar o Império do Brasil como uma Nação independente e, sobretudo uma nação nos moldes modernos. O conceito de Nação que aparece no artigo, está diretamente ligado ao advento da Revolução Francesa.²² A carga substancial desse conceito não agrega o caráter étnico, mas sim um conteúdo político, ou seja, bem como definido pelo Abade Sieyès, o conceito “*aparece como um conjunto humano unido por vínculos políticos*”.²³

Com o advento da Independência, também se estabeleceu uma nova relação entre *nascer e pertencer* à uma Nação, a um território dito brasileiro, ou nacional.

Os cidadãos do novo Império não eram mais “portugueses americanos” mais sim, permaneciam pernambucanos, paulistas, baianos, mineiros, etc. Porém, antes mesmo de expressarem suas localidades como sentimento de pertença, eles deveriam – no entender dos governantes – pensar, sentir e agir como brasileiros. Percebe-se então como ‘n’ identidades (locais ou regionais) foram

²² Sobre esse conceito de nação nova, ver: CHIARAMONTE, José Carlos. “Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

²³ *Ibidem.*

progressivamente deslocadas para uma nova identidade e do lugar de nascimento, – a Pátria – transitou-se para outro espaço mais amplo – a Nação.²⁴

Essa nova relação que identificou o pertencer à Nação a um nascimento em um território permitiu identificar também quem não era brasileiro: os escravos africanos e os portugueses nascidos em Portugal, embora habitassem o território do Império.

Excluídos de cidadania por mais que se tornassem libertos através das alforrias, somente os escravos nascidos no território do Império se tornavam cidadãos brasileiros. Com isso, configurava-se um corpo social pautado em hierarquias e exclusões. Aqui, estabelecia-se a diferença fundamental entre livres e não-livres (escravos) ao mesmo tempo em que se podia identificar libertos e ingênuos (os filhos de escravas nascidos livres). O atributo da liberdade era quem definia a sociedade civil, formando uma equação em que só homens livres iguais poderiam ser cidadãos. Isso, nos permite compreender a diferença existente entre os poucos cidadãos e a maioria dos habitantes no território do Império do Brasil na primeira metade do século XIX.

Um escravo não podia ser brasileiro porque não era homem livre, porque não era dono de si próprio, mas sim era propriedade de outra pessoa. Ao homem livre, por outro lado, agregou-se o atributo da propriedade e principalmente a propriedade de escravos. A ligação entre os dois atributos – propriedade e liberdade – fornece-nos os mecanismos para a configuração de visões de mundo e sistemas classificatórios que se impunham à sociedade naquele momento. O atributo propriedade reforçava as desigualdades e hierarquias na sociedade civil, ou seja, diferenciava os homens livres dos homens livres que eram também proprietários de escravos. Tal configuração projetava a sociedade política, ou seja, os cidadãos ativos – com direitos políticos plenos e os cidadãos não-ativos – sem esses direitos políticos. Na verdade, os cidadãos ativos eram os únicos a reunir capacidades e habilitações que os qualificavam para o exercício ampliado da atividade política, isto é, para votar e ser votado.

²⁴ Com a emancipação política, em 1822, deu-se o surgimento de um “tempo novo” na experiência histórica brasileira. E esse “tempo novo” faz parte do *Sattelzeit*, o período de 1750 a 1850, a que se refere Koselleck, nos indicando as mudanças profundas ocorridas nas experiências de homens e mulheres, marcadas pela aceleração e mudança do tempo histórico, pela concepção moderna de história e principalmente pelas reativagens intensas de conceitos políticos centrais. Ver, KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

A Constituição de 1824 foi feita por “alfaiates políticos”, e estava sob medida. Liberal na sua concepção geral, adotando os princípios da igualdade jurídica, da representação e da divisão de poderes, ela foi na verdade uma Carta fortemente conservadora e centralizadora, com o primado do Poder Moderador: com restrições eleitorais e pregando a submissão das províncias ao governo central, o governo também silenciou sobre a questão da escravidão, como também sobre a situação das populações indígenas, negligenciadas no texto constitucional.

No primeiro capítulo tratamos de um momento posterior ao da Carta de 1824 – em que vencidos os obstáculos externos à emancipação, a monarquia passou a defrontar-se com a dura realidade do estado recém-criado. A elite dirigente teve diante de si os velhos fantasmas da fragmentação político-territorial e da revolução social, e o governo chegou a temer os desdobramentos políticos das rebeliões do Rio Grande do Sul, do Pará, do Maranhão, de São Paulo, de Minas Gerais e da Bahia que ameaçavam a unidade buscada para o novo estado. E assustou-se como já mencionamos, com os sempre presentes conflitos de natureza social, que ameaçavam a ordem reinante, assentada na grande propriedade e no trabalho escravo.

De 1824 a 1838, data de fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, quatorze anos se passaram. Os herdeiros daqueles construtores do Império do Brasil, enquanto nação moderna, inclinavam-se agora, na direção de outros esforços, diferentes daqueles vividos pelo velho Andrada, por Evaristo da Veiga, Ezequiel Correia dos Santos, e por outros. Estamos falando da geração daqueles jovens e ativos letrados brasileiros que encaminharam um projeto nacional por meio da revista *Minerva Brasiliense*. Estes jovens mantiveram também relações de sociabilidade e de amizade com os criadores da *Revista Niterói*, e da *Revista Guanabara*. Nada contínuas, todas essas revistas foram paradigmáticas. Representaram apostas em projetos para pensar e instituir a nação. Nesse mundo da palavra impressa fizeram circular as suas idéias.

Os esforços desses letrados, com os quais estamos operando, serviram para delinear o que à época representaria a *cor local*. Simbolizavam a imaginação e a materialização do que viria a ser o gênio brasileiro; a nação, como conceito, a comunidade imagina a *comunidade imaginada*²⁵, à qual queria se pertencer. Em

²⁵ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

diversos campos, tais como da arte, da retórica, da filosofia, da política, da religião, da ciência e, sobretudo o da literatura, expressaram esse desejo e procura de uma autonomia cultural brasileira. Os que se quiseram românticos nesses diversos campos se contrapunham a sucessão de rebeliões provinciais do período regencial e do começo do Segundo Reinado, a imagem de um território brasileiro indiviso e singular.²⁶

O IHGB foi criado com uma missão de estabelecer a base para a pesquisa e a coleta de documentos relacionados à história pátria, a fim de permitir a escrita da história nacional, ou seja, à época, foi necessário criar tradições fortes onde pudessem ancorar o Império e o imperador em um momento de turbulências como foi o período regencial.

A criação de uma tradição da nação se articulou com a idéia moderna de história, em que o tempo é linear e tudo é novo. Ou seja, esse tempo novo permitiu a criação. Ao mesmo passo, articulou-se às idéias de evolução e progresso – esta mais tarde – para que o tempo, ao mesmo tempo que inovador, tivesse um traçado orientado pela bússola da tradição criada. O passado inventado se consolidou na idéia evolutiva da história.

De acordo com Eric Hobsbawm, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social e política.²⁷

No que consiste aos caminhos traçados pelo IHGB, enxergamos ao menos dois movimentos. Primeiro, o de recolha de material relevante para a história nacional. Depois o da escrita da história. A recolha do material, que incluiu dados sobre populações indígenas, mapas, documentos, etc, ao mesmo tempo que criou uma base de pesquisa, revelou, a insuficiência da tradição brasileira para sustentar

²⁶ SÜSSEKIND, Flora. “O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua no romantismo brasileiro”. In PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura* (Vol. 2). São Paulo: Memorial, 1994. p. 454.

²⁷ HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

o projeto pretendido pelo IHGB. Por outro lado, os mapas criados e recolhidos construíram símbolos de unidade a revelia das fortes tensões oriundos dos movimentos de sedições regenciais.

O segundo movimento começou a partir de meados dos anos de 1840, quando Carl Friedrich von Martius ganhou o prêmio de como se deve escrever a história do Brasil. Sua teoria inaugurou, segundo João Cezar de Castro Rocha, a fábula da conciliação racial como motor da história brasileira.

*“Em seu olhar, o traço original da nacionalidade brasileira estaria na fusão do índio, do português e do africano sob o comando da ‘raça mais civilizada’, a portuguesa. Estabelecia-se, pois, a matriz da nacionalidade e, uma vez estabelecida, a evolução dos fatos históricos podia determinar os rumos do progresso da nação”.*²⁸

Com isso, pode-se dizer que com esse segundo movimento se deu o início da invenção de nossa tradição com a matriz de nossa nacionalidade.

Não apenas os ensaios históricos e literários contribuíam para inventar as tradições da nacionalidade brasileira. Outros campos do universo cultural da época também se fizeram presentes no ajuste da nova nação aos ponteiros do progresso e da civilização. No primeiro número da revista *Minerva Brasiliense*, em 1º de novembro de 1843, na seção *Noticiário*, o texto assinado por E, comenta em um estilo cronista sobre os espetáculos da companhia francesa de teatro que estava estabelecida há dois anos no Rio de Janeiro, mostrando quais as peças que foram levadas. Destacava *Madame Favart, La maîtresse de langue, Lês chansons de Béranger, As memórias do diabo*, entre outras. Mas, o mais interessante dessa notícia era a ênfase que o autor dava ao teatro, a sua relação com o progresso do espírito e com a civilização e, sobretudo as observações sobre quem poderia circular dentro desses espaços de sociabilidades. Vejamos:

*“Há dois anos e meio uma companhia de artistas franceses abordou as praias do Rio de Janeiro, onde estabeleceu um teatro. Muitas crises difíceis vieram estorvar a sua marcha e ameaçá-lo de ruína, porém a perseverança e o zelo de alguns o tem até agora sustentado. Um bom teatro é um foco de civilização em que o povo se pode ir instruir, os ricos procurar um assunto sério e proveitoso de conversação, em que os homens estudiosos podem achar distrações, meditar, e às vezes desenvolver o seu talento”.*²⁹

²⁸ ROCHA, João Cezar de Castro. “História”. In: JOBIM, José Luís (org.). *Introdução ao romantismo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 46.

²⁹ *Minerva Brasiliense*, n.1, 1 nov. 1843.

No quarto número da revista, datado de 15 de dezembro de 1843, na seção *Belas Artes*, Araújo Porto Alegre escreveu um artigo intitulado *Exposição pública*. O artigo dividia-se em duas partes, na primeira resumia a história das exposições na Academia de Belas Artes, recapitulando desde sua origem lá em 1816 quando a colônia artística aportou, passando por uma análise de seus estatutos, e por quem compunha o quadro docente, do qual Grandjean de Montigny e J. B. Debret fizeram parte. Na segunda fazia a crítica da apresentação dos trabalhos expostos nesse ano (1843). A crítica de Porto Alegre passava pela imperfeição dos estatutos da Academia, e pela má administração com os gastos nos seus anos iniciais. Depois de criticar os tempos passados, nas palavras de Araújo Porto Alegre um *novo tempo* se abriu. Pois, depois da abertura da academia para os artistas exporem suas obras naquele ano de 1843, Porto-Alegre diz que as artes progrediram: “*a escola nacional tem tomado um grande incremento, e esperamos que ela um dia entoará o seu hino de independência, como nas outras nações da Europa*”.³⁰

No projeto de construção de uma nação moderna brasileira em que estivesse de acordo com os parâmetros civilizacionais europeus, coube à literatura um papel de difundir os elementos que passariam a ser considerados como patrimônio comum a todo um grupo, ou seja, vinculou-se à literatura um poder narrativo de construção de um discurso legitimador de uma visão de mundo contemplada pelos dirigentes políticos e intelectuais, os saquaremas, do Império do Brasil em meados do século XIX.

Tomando a Literatura como um dos pilares da tríade formadora da nacionalidade brasileira – junto com a História e Geografia –, permite traçar as origens, inventar e reinventar as tradições, construir costumes e reforçar hábitos, enfim, imaginar a nação. No primeiro tomo da Revista do IHGB em 1839 foi deliberada a explícita tarefa daqueles membros que se fizeram presentes no Instituto:

“Sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que em uma monarquia constitucional, onde o mérito e os talentos devem

³⁰ *Minerva Brasiliense*, n.4, 15 dez. 1843.

*abrir as portas aos empregos, e em que maior soma de luzes deve formar o maior grão de felicidade pública, são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que, versando sobre a história e geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os brasileiros”.*³¹

Se imaginarmos metaforicamente a literatura como um barco que à época procurou margear toda a costa do território brasileiro, e sobretudo, aquela navegação que procurou desbravar os rios no território contíguo, tal metáfora nos leva a um elemento bastante importante – o timoneiro do barco, o homem responsável pelo leme. O timoneiro foi o letrado brasileiro, que buscou unir os laços entre o desejo de afirmação da nacionalidade e atividade literária e cultural brasileiras. Flora Süssekind nos diz que foi no romantismo que tal enlace, convertido em programa estético-ideológico, passa de fato a pautar a produção intelectual do país por um abasileiramento – paisagístico, idiomático, temático – apaixonado, obrigatório. A autora exemplifica o programa com alguns personagens e obras, como a presença de Ferdinand Denis no Brasil entre 1816 e 1819, Almeida Garrett na sua obra de 1826, *História da poesia e língua portuguesa*, que lamentou o receio dos escritores brasileiro de se mostrarem americanos, e de enfatizarem cores locais e novas cenas da natureza, entre outros personagens e obras.

Com isso, houve uma espécie de imaginação geográfica poderosa na escrita dos românticos brasileiros. A literatura tinha o dever de limitar, a seu modo, o território do Império, cumprindo, dessa maneira, via ficção, a exigência, tão repetida no Brasil dos Oitocentos, vide o trecho acima extraído da Revista do IHGB. Cumprir a exigência, era para que não houvesse a falta de um sentimento espontâneo de nacionalidade, coisa que as rebeliões provinciais deixavam patente, e para que a idéia de uma comunidade imaginária delimitada nacionalmente se fortalecesse cartográfica, literária ou paisagisticamente.³²

Não é por menos, como defendemos aqui, que após o Golpe da Maioridade houve uma abertura no campo de ação da literatura. Naquele momento ela ganhou espaço nos periódicos à época, tendo um grau de abrangência maior. A literatura caminhou assim, lado a lado com os fatos e dados da história nacional que os

³¹ *Revista do IHGB*, Tomo I, 1839. p. 7. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=p>

³² SÜSSEKIND, Flora. “O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua no romantismo brasileiro”. In PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura* (Vol. 2). São Paulo: Memorial, 1994. p. 457.

brasileiros que transitavam no IHGB selecionavam para narrar a história da nova nação. Portanto, para esses brasileiros letrados, a seleção desses episódios permitiu acompanhar o crescimento da nação brasileira, desde a sua origem ou a sua fundação. Nesse sentido, tanto a história e a literatura contribuíram para a fundação simbólica da individualidade nacional brasileira.

As políticas e ações ligadas ao plano cultural desenvolvidas à época se deram por meio de instituições forjadas direta ou indiretamente pela Coroa. Numa linha de ação de difusão de imagens, de símbolos e valores, e, sobretudo na construção de uma narrativa exemplar, os limites da Casa – aquela “pequena pátria” controlada pelo senhor patriarcal – iam se rompendo à medida que as novas folhas, pasquins, romances, o teatro, a escrita de uma história nacional e as escolas ganhavam espaço na sociedade. Essas políticas e ações desenvolvidas na sociedade civil foram de suma importância na busca da expressão e constituição do ser brasileiro. Nesses espaços de socialização cada membro da Casa, embora não apenas eles, deveria se sentir como parte integrante de um corpo nacional, embora permanecesse mediado pela sua pertença e/ou identificação a um lugar de poucos, à família. Esse esforço de criação de mecanismos e de um planejamento de estratégias políticas e culturais da classe política e letrada com vistas constituir o que viria a ser brasileiro, – no que tange principalmente a elaboração de uma língua, de uma literatura e de uma história nacional, – é o que Ilmar Rohloff de Mattos, em sua análise sobre a constituição da nação na experiência imperial brasileira, denominou de expansão às avessas, isto é, “uma expansão para dentro”.³³

A busca de autonomia cultural, pauta maior de uma responsabilidade tomada para si por parte dos letrados, esteve ligada diretamente a esses conjuntos de práticas e ações, seja a criação de revistas, os espaços de sociabilidades gerados pelas sociedades científicas, os institutos, museus e instituições de ensino. As práticas e ações voltaram-se para a questão do que fazia o Brasil ser o Brasil. De acordo com Márcia Gonçalves,

“a tônica era contribuir para a elaboração e circulação de autorreferências que fizessem significar o império do Brasil como nome próprio, singular,

³³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Construtores e Herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política*. Almanack Braziliense - Revista Virtual, São Paulo, v.1, n. 1, p.26.

*específico, alteridade que se firmava como independente do império ultramarino do reino de Portugal”.*³⁴

A história do romantismo no Brasil, assim, mesclou-se com a própria história política brasileira da primeira metade do século passado.

Após a independência política, de 1822, fez-se mais forte na consciência de letrados e artistas do período a necessidade de criação de uma cultura brasileira identificada com suas próprias raízes históricas, lingüísticas e culturais, diferenciando-a da matriz lusa. As produções intelectuais preocuparam-se em matizar o que viria a ser a “cor local”, o termo mais utilizado à época, numa tentativa de se imaginar o gênio do povo, o que lhe era particular, ou seja, “*um selo de identificação, das terras e das gentes do jovem país em formação*”.³⁵ Nesse sentido, o esforço daqueles que se quiseram formadores da nação brasileira manifestou-se no desejo de afirmação de autonomia cultural.

A tarefa dos letrados da revista *Minerva Brasiliense* e de tantos outros era a de completar a obra da emancipação política, ou seja, dotar a nação em formação de maior autonomia cultural. Essa autonomia cultural se dava na elaboração de uma língua, literatura e história nacionais. No caso da literatura, o esforço desses letrados era para que esta se tornasse difusora de uma particularidade brasileira.

Segundo a análise de Márcia Gonçalves, as ponderações de Denis deram ênfase subliminar no seu esforço de síntese, que consistiu na “*individuação dos sujeitos autorais na medida em que essa caracterizava a obra e, por correlação, [os] valores da identidade do ser brasileiro*”.³⁶ Sobre as considerações de Denis, a respeito do caráter, que deveria ter a poesia no Novo Mundo, Márcia Gonçalves diz-nos que, na relação entre a terra e seus habitantes, tanto a natureza aqui nos trópicos quanto os que viveram, “*com destaque para os elementos autóctones*”, estavam dentro de um conjunto de ambiências que contribuiu para se fazer algo original. Isto pôde ser percebido e documentado não somente através da poesia, mas também em outros campos em que a criatividade caminhasse junto com a originalidade.³⁷

³⁴ GONÇALVES, Márcia. “Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial – 1831-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009. Vol. II. p.440.

³⁵ Ibidem. p.429.

³⁶ Ibidem. p.443.

³⁷ Ibidem.

Como exemplo, Gonçalves Dias, ainda uma criança nos tempos do *Resumo*, daria continuidade mais tarde aos esforços de Denis. Filho de português, com cafuza, o maranhense Gonçalves Dias (1823-1864) fez os primeiros estudos em sua província natal e completou-os em Coimbra, onde cursou Direito. De volta ao Brasil, em 1845, já trouxera em sua bagagem boa parte de seus escritos. Fixou-se no Rio de Janeiro, e ali publicou sua primeira obra, *Primeiros cantos* (1846), seguida de *Segundos cantos* e *Sextilhas de Frei Antão* (1848), *Últimos cantos* (1851) e *Os timbiras* (1857). Fez várias viagens pelo país, inclusive Amazônia, tendo chegado a escrever um *Dicionário da língua tupi*.³⁸

Embora Gonçalves de Magalhães seja considerado o introdutor do romantismo no Brasil, coube a Gonçalves Dias a implantação e solidificação da poesia romântica em nossa literatura. Sua obra pode ser considerada um verdadeiro projeto de construção da cultura brasileira.

Gonçalves Dias buscando captar a sensibilidade e os sentimentos do povo brasileiro, criou uma poesia voltada para o índio e para a natureza brasileira, numa linguagem simples e acessível. Seus versos, como na sua “Canção do exílio”, são melódicos e exploram ritmos variados. Cultivou, também, poemas religiosos, de fundo panteísta, em que Deus é associado à natureza.

Em sua obra poética estão presentes os gêneros lírico e épico. Na épica, canta os feitos heróicos de índios valorosos que substituem a figura do herói medieval europeu. Na lírica, os temas mais comuns são a pátria, Deus, o índio, o amor não correspondido e, sobretudo, a natureza.

A idéia de natureza foi muito cara para os que se quiseram românticos brasileiros à época. A natureza foi diversas vezes usada pelos românticos, para traçar o que caracterizava o mundo americano. Assim, explorar seu universo interior, como representação simbólica de verdades da existência humana, permitia aos escritores brasileiros um duplo movimento na caracterização do chamado “espírito do povo” brasileiro. Um, era a tomada de consciência da nacionalidade, nas palavras de Maria Helena Rouanet, “*delinear a imagem do ‘eu’*”. Outro, era o estabelecimento de um contraponto com a civilização

³⁸ Sobre a pequena biografia, ver: CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Rio de Janeiro, Ed. Itatiaia, Vols 1 e 2, 2000.

européia, o esforço em nas palavras da mesma autora, “*mostrar a sua diferença em relação ao ‘outro’*”.³⁹

Ao “colorir” a natureza em seus escritos, aqueles que se valeram românticos brasileiros à época, evidenciaram a particularidade brasileira em relação ao “Velho Mundo”. Nesse aspecto, a lógica pertencente ao binômio homem / terra ganhou uma carga positiva, porque ao diferenciar o “Velho” do “Novo Mundo”, a comparação se deu em um plano superior, pois houve uma valorização da “pátria” a partir daquilo que só ela contemplaria e não a Europa. Por outro lado, se a natureza espelhada na literatura indicava a particularidade brasileira, como universalizar esse discurso para também referir-se à nação que se quer pertencer ao rol das “Nações Civilizadas”?

Os indivíduos, os textos ou as sociedades são tidos como desprovidos de estilo quando se mostram marginais em relação a um modelo normativo de cultura e civilização; no caso, aquele ditado pelas grandes nações européias. Na formação da literatura brasileira o cruzamento do meio tropical com a mistura étnica e cultural afastou a lógica negativa dos trópicos, partilhada por filósofos ilustrados, como Montesquieu e Buffon, resgatando assim, a natureza americana como fonte de inspiração.

Tirar o Brasil da marginalidade, buscando a autonomia cultural foi um esforço dos que se quiseram românticos. Se, para o viajante europeu, a natureza americana se tornou um espaço de auto-reflexão que permitia abstrair a história e a sociedade, os letrados brasileiros procuraram formular,

“a partir dessa mesma natureza, o projeto histórico de construção de sociedade e cultura de tipo civilizado. Esse projeto se legitima, no caso de Gonçalves de Magalhães, pela referência ao discurso europeu – teoria climática da Ilustração e relatos de viagem – e pelo programa de uma literatura nacional marcado por exigências documentais”.⁴⁰

Assim como tantos outros, Gonçalves Dias, também desejou contribuir para a autonomia cultural brasileira; atualizou a produção literária brasileira e colocou-a a altura das grandes nações européias, sobretudo por causa da

³⁹ ROUANET, Maria Helena. “Nacionalismo”. In: JOBIM, José Luís (org.). *Introdução ao romantismo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 22.

⁴⁰ VENTURA, Roberto. “Civilização nos trópicos?” In: VENTURA, Roberto. *Estilo tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil-Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 35.

contemporaneidade da Independência e da necessidade de definir uma cultura brasileira. A captação da sensibilidade e os sentimentos que caracterizassem o brasileiro se deram pelo próprio individualismo do autor e, sobretudo, pela sua experiência vivida. A experiência do exílio foi muito forte e contribuiu para esse sentido.

O romantismo retomou e ampliou essa atitude, promovendo a renovação de temas inspirados pelas contradições da realidade interior do homem em face da sua condição e da sua própria natureza. Expressou, numa linguagem carregada de elementos sensoriais, a vantagem da liberdade formal e o sentimento vibrante da contemporaneidade. O artista se sentia um criador, pois a experiência romântica tornava possível o enriquecimento da expressão com a soma variada das aspirações, ansiedades e contradições interiores. O sentido de aventura e da criação individual foi a única lei imposta pelo romantismo.

Se um homem romântico surgiu como expressão de uma nova ordem social, moral, religiosa e econômica, e se ele exprimiu a sua experiência individual, é porque se deixou envolver pelo clima do momento. Do testemunho individual, buscou-se chegar ao nacional. O homem romântico tornou-se produto e produtor do meio; ele agiu no mundo, criando e recriando sua visão de mundo a partir de uma experiência ao mesmo tempo individual e comum aos seus pares. A partir das experiências vividas em comunidade, o homem romântico e seus pares teceram o que lhes era específico num dado tempo, espaço e, sobretudo, dizia a respeito a um dado povo.

No Brasil contamos com as sugestões renovadoras de José Bonifácio, Almeida Garrett e Ferdinand Denis. Mas foi realmente Gonçalves de Magalhães quem realizou o primeiro esforço de síntese de idéias críticas e estéticas no sentido de acelerar a nossa reforma romântica. Nesses momentos iniciais, a sua preocupação principal foi dar ênfase ao sentido moral, religioso e nacionalista do romantismo. Entregou-se à inspiração poética de maneira mais objetiva do que subjetiva, em termos de uma experiência total e de momento, e ressaltou a missão social e reformadora do poeta, por ele entendido como ser privilegiado, cuja voz, refletindo experiência e sabedoria, é guiada por Deus.

O ponto de partida do romantismo, então, foi o desprezo pelas convenções e restrições da poética clássica, e pela linguagem mitológica, em favor da liberdade de criação refletida no cultivo de variados gêneros poéticos. Cultivou-se a ode

patriótica, ou os temas sociais e políticos, os hinos de inspiração religiosa e da natureza. A linguagem se viu enriquecida pelo vocabulário pessoal. Quanto maior a comunicação com a realidade exterior, nos temas sociais, políticos, ou patrióticos, maior a ênfase no uso de imagens e nas comparações arrojadas do que viria a caracterizar o ser brasileiro.

Nos quase vinte anos de lutas políticas, da Independência ao Golpe da Maioridade, as letras não se calaram. Porém, em meados do século XIX, assegurada a independência política e na busca de acalmar os ânimos partidários, que espelhavam diversos projetos políticos para o Estado recém formado, erigiu-se uma questão referente também à independência literária. Afinal, tínhamos ou não tínhamos uma literatura nacional? Tal questão surgiu de modo enfático nas páginas da revista *Minerva Brasiliense*.

Não é nosso intuito aqui retomar toda a trajetória e um mergulho nas ponderações que muito influenciaram sobre tal questão, como a obra de Garret com o *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*, Ferdinand Denis com o já citado *Resumo de História Literária do Brasil* texto que acompanhou seu *Resumo da História Literária de Portugal*, e principalmente um grande contribuinte na *Minerva Brasiliense*, Januário da Cunha Barbosa com *Parnaso brasileiro ou Coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto os inéditos como já impressos* (1829-1830), mas a lembrança dessas obras surge como uma forma do não esquecimento da importância de suas contribuições.

No entanto, nosso interesse, é claro, circunscreve-se no campo da literatura, suas questões, e tem o início de nossa análise com o texto de Santiago Nunes Ribeiro, logo no primeiro número da revista em foco, intitulado *Da nacionalidade da literatura brasileira*.⁴¹

O autor parece estar bastante consciente de seu tempo e sobretudo, daquele que o precedeu, pois “*A História não apresenta época alguma que não tenha seu caráter específico, sua fisionomia própria (...). Longo fora assinalar os caracteres dos diversos períodos da civilização humana*”.⁴² Porém, no ensaio, o autor se limitou a tratar de seu próprio tempo. Para ele, o que caracterizou o século XIX foi “*a manifestação das necessidades morais e industriais*”⁴³, esta

⁴¹ *Minerva Brasiliense*, n.1, 1 nov. 1843.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ *Ibidem*.

tendência, para o autor, residiu na sede inextinguível de instrução e bem-estar que as “Nações Civilizadas” experimentavam à época.

Contudo, não alheio à idéia da história como processo, o autor defendeu que o sensualismo do século anterior tendia a materializar a literatura, sufocando o sentimento religioso e poético, a moral cristã, o amor à pátria e os sentimentos generosos, que para ele, haviam sido corrompidos por essa doutrina. Tal doutrina, para o autor, “[esterilizou] a imaginação”.⁴⁴ Vejamos aqui, o comum acordo do autor com o pensamento romântico de que vimos tratando no presente capítulo.

Santiago Nunes Ribeiro parte da premissa de que o pensamento dominante de uma época se desprende pouco a pouco das crenças, das idéias e das doutrinas. Estas últimas ora desaparecem ora assumem um caráter hostil à medida que um novo pensamento as absorve ou as repele. Em sua leitura, há a manifestação simultânea de princípios tradicionais e princípios novos, os quais como “*em todas as literaturas, coexistem, se harmonizam, ou guerreiam*”.⁴⁵ É a partir desse pano de fundo que o autor se debruça sobre o seu grande questionamento: “*O Brasil tem uma literatura própria e nacional?*”

Esta questão da originalidade da literatura brasileira, inaugurada com polêmica por Nunes Ribeiro na *Minerva Brasiliense*, foi animada por teses do General Abreu e Lima⁴⁶ e do publicista português José da Gama e Castro⁴⁷. Abreu e Lima na sua obra o *Bosquejo Histórico, Político e Literário* ao descrever um quadro das ciências e letras no Brasil procurou averiguar nas raízes portuguesas, colocando-as em xeque perante a metrópole espanhola quanto à sua relação com as suas colônias americanas, um modo de concluir que pelo atraso cultural português e pelo obscurantismo de sua colonização, ambos eram responsáveis pelo atraso cultural do Brasil. Abreu e Lima concluiu que a literatura portuguesa

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ *Minerva Brasiliense*, n.1, 1 nov. 1843.

⁴⁶ Nasceu em Recife em 1795. Recebeu educação com os estudos de humanidades em Pernambuco, e o curso militar na escola fundada no Rio de Janeiro, em 1810. Serviu nos exércitos de Bolívar nas lutas pela independência contra a Espanha, atingindo o posto de general. Foi objeto das maiores honrarias por parte das repúblicas da Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, como verdadeiro herói militar. Em 1835, lançou o livro *Bosquejo Histórico, Político e Literário do Brasil*. IN: COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada – o espírito de nacionalidade na crítica brasileira*. José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1968, p. 24 – 25.

⁴⁷ Português de Coimbra, onde se diplomou em Medicina. Exilado, viveu no Brasil entre 1837 e 1842, dedicando-se ao jornalismo e a trabalhos literários. Colaborou no *Jornal do Comércio*. IN: COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada – o espírito de nacionalidade na crítica brasileira*. Rio de Janeiro, 1968, p. 25.

foi a única que os brasileiros tiveram à época e que “*se [rejeitássemos] a literatura portuguesa, ficaríamos reduzidos a uma condição quase selvagem*”.⁴⁸

Tal sentença animou a defesa de uma concepção de literatura que Nunes Ribeiro tomou em seu ensaio, a de que a literatura “*consiste na cópia, variedade e originalidade de obras relativas às ciências exatas, experimentais e positivas*”, e sobretudo, a de que a palavra literatura “*na sua mais lata acepção, significa a totalidade dos escritos literários ou científicos e é neste sentido que dizemos – literatura teológica, médica, jurídica*”.⁴⁹ Mas Nunes Ribeiro salvaguardou que não se deveria admitir tal acepção quando se falasse da literatura propriamente dita, ou seja, aquela que caracterizasse a nação particular – italiana, inglesa, francesa – em moldes tradicionais; tradicionais pelas próprias referências literárias fundadoras das nações, como os escritos de Dante, Petrarca, Maquiavel, Shakespeare, Bossuet, Corneille, entre outros.

Já para Gama e Castro, as produções literárias brasileiras pertenciam à literatura portuguesa. Ou seja, a produção literária brasileira seria um mero apêndice da portuguesa. Respondendo a carta enviada por um leitor que se assinou “O Brasileiro” defendendo a legitimidade da literatura brasileira⁵⁰, Gama e Castro, sob o pseudônimo “Um Português”, e sob o título de “Satisfação a um Escrupuloso”; lançou as seguintes palavras:

“Não há portanto literatura brasileira, assim como não há literatura argentina, literatura boliviana, ou literatura mexicana: agora o que certíssimo há é que em muitas obras escritas por brasileiros consiste um dos principais ornamentos da literatura portuguesa”.⁵¹

A argumentação de Gama e Castro girou em torno da afirmação de que a literatura deveria ganhar o nome da língua na qual ela foi escrita e que por isso, no caso brasileiro, não haveria literatura brasileira e sim portuguesa, assim como, nos outros exemplos, não haveria literaturas argentina, boliviana e mexicana, pois todas essas estariam atreladas à matriz lingüística da metrópole espanhola.

O ponto central de Gama e Castro é que em relação à literatura, ele não levou em consideração o território, bem dizendo, a pátria de onde a produção

⁴⁸ *Minerva Brasiliense*, nº 1, 1 de novembro de 1843.

⁴⁹ *Ibidem*

⁵⁰ Carta publicada no *Jornal do Comércio* em 24 de janeiro de 1842.

⁵¹ COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada – o espírito de nacionalidade na crítica brasileira*. Rio de Janeiro, 1968, p. 31.

literária foi produzida e sim a língua em que foi escrita. No mesmo texto, “Satisfação a um Escrupuloso”, Gama e Castro nos diz:

*“(...) parece-me que é bastante para convencer; (...) eis aqui mais um argumento que serve de contraprova, e que me parece sem réplica. Cuvier era alemão, porque nasceu em Montelliard, no reino de Wurtemberg, e contudo as suas obras pertencem à literatura francesa porque, escreveu em França; e, pelo contrário, Ancillon era francês porque nasceu em Estrasburgo, e as suas obras pertencem à literatura alemã, porque as escreveu nessa língua”.*⁵²

Porém, para Santiago Nunes Ribeiro, a divisão das literaturas segundo as línguas em que foram escritas não era um princípio incontestável. Em outra linha argumentativa, este autor defendeu uma divisão:

*“(...) que atendesse ao espírito, (...), à idéia que preside aos trabalhos intelectuais de um povo, isto é, de um sistema, de um centro, de um foco de vida social. Este princípio literário e artístico” – diz nos, “é o resultado das influências, do sentimento, das crenças, dos costumes e hábitos peculiares a um certo número de homens, que estão em certas e determinadas relações, e que podem ser muito diferentes entre alguns povos, embora falem a mesma língua”.*⁵³

Essa argumentação de Nunes Ribeiro pode nos ajudar a perceber, ou ao menos tentar supor, para onde estaria apontada a “luneta” do autor. Nunes Ribeiro, em uma argumentação diversa da de Gama e Castro, demonstrou que os seus olhos estavam nas experiências e nos encaminhamentos úteis que a literatura ganhara na Europa. Contudo, seus pés estavam na América. Suas experiências em solo pátrio permitiam corroborar com um novo sistema de instituições, leis, costumes e hábitos, com uma nova arquitetura para um centro político e, sobretudo, com uma visão de mundo – escravocrata – que ia se redefinindo.

Opondo-se às teses de Abreu e Lima e, sobretudo as de Gama e Castro, Nunes Ribeiro, nos chama a atenção para a “divisão mais filosófica” da literatura, e que para além da união entre experiência e conceito, existiria uma singularidade na influência do meio social e do clima: *“As condições sociais e o clima no novo mundo necessariamente deve[m] modificar as obras nele escritas nesta ou naquela língua da velha Europa”.*⁵⁴ Apesar de tal diretriz encontrava-se em conformidade com o pensamento de Buffon e Montesquieu, enxergamos no

⁵² Idem. p. 30.

⁵³ *Minerva Brasiliense*, nº 1, 1 de novembro de 1843.

⁵⁴ *Ibidem*.

ensaio de Nunes Ribeiro um esforço para se afastar também, por mais que este seja embrionário, da visão negativa dos trópicos partilhada pelos filósofos ilustrados e resgatar, de certo modo, a natureza americana como fonte de inspiração. Nesse sentido, estabelecerá uma estreita relação entre a construção da nação e o estilo tropical, americano, ainda que enfatize a necessidade de se chegar à civilização. Não podemos esquecer dos esforços dos que se queriam românticos em tirar a recente nação brasileira da marginalidade literária, como muitos defendiam à época.

Para Nunes Ribeiro, a natureza enquanto objeto inspiração e sentimento, serviu de fonte de criação de obras de qualidade, guarnecidas de tons, cores e formas idealizadas nas harmonias da arte, da poesia, contribuindo assim, para a imaginação da nação. Mais do que isso, para o autor, a nova nação agregava valores que a diferenciaria das outras nações:

“Agora perguntaremos se um país, cuja posição geográfica e constituição geognóstica, cujas instituições, costumes e hábitos tanto diferem da sua metrópole de outrora, não deve ter sua índole especial, seu modo próprio de sentir e conceber, dimanante destas diversas causas modificadas umas pelas outras; se, numa palavra, não deve ter caráter nacional. Sim, nos dirá todo aquele que estiver desprevenido. A literatura é a expressão da índole, do caráter, da inteligência social de um povo ou de uma época. A poesia é a mais subida forma de literatura: ela procura compreender e exprimir por meio da linguagem o que há de mais belo, puro e santo na vida exterior do século, ou na vida misteriosa da íntima consciência: as outras artes são secundárias desta”.⁵⁵

Nas suas palavras, se os brasileiros têm aquilo que os identificam, que os caracterizam, ou seja, têm seu caráter nacional, é lógico que devem ter também uma literatura nacional. E, no que tange à sua classificação desta última, para o autor, ela não residiria na língua utilizada, mas sim, e sobretudo, no princípio ativo que a anima, e nas tendências que a diferenciavam das demais literaturas nacionais. Com esses argumentos Nunes Ribeiro refutou as asserções de Gama e Castro na questão sobre se temos ou não temos uma literatura brasileira.

Refutadas as ideias contrárias, em outro momento do ensaio, Nunes Ribeiro mostrou que a literatura brasileira tinha categorias peculiares e traços característicos que a distinguiam da literatura portuguesa. O autor teve a intenção de provar que a literatura brasileira não foi imitação, tampouco cópia de tipo estranho.

⁵⁵ Ibidem.

A identidade dos estudos e da língua deveria ser a causa principal para dar à poesia brasileira as feições da portuguesa. No entanto, outros fatores atuaram de modo inverso. Em oposição a Denis e Garret, pensa Nunes Ribeiro acreditava que a poesia brasileira anterior à Independência tinha a sua particularidade nacional, mesmo quando as vestimentas da poesia eram à moda grega ou romana.

A tentativa de provar a particularidade nacional no período anterior a Independência se deu a partir de um entendimento de Nunes Ribeiro sobre o valor que a História ganhara no século XIX, e principalmente a partir do seu entendimento do histórico, e da natureza.

A lição que o autor nos dá é que a poesia brasileira da época anterior à Independência foi o que deveria ser, ou seja, foi filha do seu tempo. Segundo o próprio, não seria coerente exigir do poeta a compreensão ou a representação do belo de outro modo que não aquele que a sua época e tendências individuais exigiam. Pois, não se poderia fazer justiça aos homens desta ou daquela época sem compreender o caráter de cada uma das fases literárias e de cada uma das modificações que a arte, como um todo, recebeu em diferentes tempos.

Perante essas considerações, Nunes Ribeiro, acrescentou que os poetas brasileiros dos tempos coloniais “*não poderiam contemplar a natureza como os nossos poetas, nem pintá-la com as mesmas cores, e se isto fosse possível a sociedade os não entenderia, até que certas idéias lhes fossem abrindo novos horizontes*”.⁵⁶ De modo a ilustrar tal argumento, o autor citou Cláudio Manuel da Costa, mostrando assim, que a linguagem do poeta não era a mesma que correspondia à de seu tempo.

Procuraram argüir sobre a poesia que antecedeu a Independência, pouco brasileira em virtude do seu uso da mitologia, da sua carência de cor local e por ser imitativa. Não obstante, se tal crítica fosse válida, dela não escapariam muitos dos poetas que, apesar de entregues à exaltação da natureza exterior, ao misticismo, ao orientalismo, sob o impulso romântico, ainda faziam uso da mitologia, das comparações e das imagens clássicas. Isso nos mostra como a relação entre experiência e conceito é importante, e como as características temporais desse último, indicam o seu movimento.

⁵⁶ Ibidem.

Quanto à questão da imitação da literatura brasileira em relação à portuguesa, é evidente que nenhuma literatura se eximiria deste traço, se levarmos em consideração que imitação à época eram as influências de umas literaturas sobre as outras literaturas. Nunes Ribeiro apontou a influência espanhola na literatura francesa do século XVII, a qual foi cedendo espaço para a grega e a romana. Em outra instância, a literatura inglesa do XVI imitou a italiana, em paralelo, e a portuguesa do século XVIII tampouco se isentou de tal imitação. Vejamos:

*“No princípio do século XVII a literatura espanhola reinava na França, e reinava escoltada das modas, dos costumes, das usanças que a soberba Paris então recebia de Madri. (...) A imitação da literatura espanhola foi cedendo lugar, o passo, à da grega e da romana, que Racine e Boileau fizeram ponderar. Seguiu-se essa idade de imitação, chamada século de Luís XV. Voltaire importou para a França as ciências e a literatura inglesa, Shakespeare e Milton foram traduzidos e imitados, e o gênio inglês, se não dominou tanto como o espanhol, pelo menos exerceu bem grande influência”.*⁵⁷

Nesse jogo da imitação, Nunes Ribeiro comparou a cultura dos poetas portugueses e brasileiros, indicando a superioridade de muitos brasileiros, como os Padres Caldas e São Carlos, Cláudio Manuel da Costa que sabia grego, latim, francês, italiano e espanhol, e sobretudo, os instruídos Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Quanto à Alvarenga Peixoto, disse que este

*“traduziu a Merope de Maffei e escreveu o poema – As Artes – que mostra idéias gerais e apresenta mesmo, se bem nos recordamos, algumas considerações técnicas com o que de bom sabiam na matéria os homens de erudição e gosto. E o que diremos do imortal J. Bonifácio de Andrada? Supunha-se que este grande brasileiro não tivesse nenhum dos raros e vastíssimos conhecimentos que possuía sobre ciências físicas, naturais, psicológicas, etc.”*⁵⁸

Observa-se nas palavras de Nunes Ribeiro uma valorização dos intelectuais brasileiros, porém, mais a frente, o autor não hesitaria em dizer que os conhecimentos dos poetas lusos haviam sido também superiores.

Para o autor, ficara provado, com os fatos, que os brasileiros não podiam ser reduzidos à reprodução das imitações portuguesas, e que não era através da língua portuguesa propriamente dita que eles tomariam contato com o que de melhor era

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Ibidem.

publicado, eles “*bebiam na fonte, recebiam a luz e não o reflexo*”. Contudo, Nunes Ribeiro afirmava que não se deveria procurar fora do Brasil a fonte inspiradora dos poetas que aqui nasceram e viveram. A poesia do Brasil era a filha da inspiração americana. E dizia:

*“A inspiração não pode ser comunicada por nenhuma espécie de educação científica, ou estética. Considerada assim ela é inerente à natureza do homem, e só para desenvolver-se necessita dos estudos. Em virtude da sua comunicação com o universo, o homem está sujeito às influências exteriores que são outros tantos modificadores do organismo”.*⁵⁹

Esse organismo, ou em outras palavras, a relação do homem com o meio, modificaria o espírito pela ação que nele exerceria, por meio das sensações. Em harmonia com o naturalista Barão de Humboldt e Hegel, busca para sua construção argumentativa a definição de inspiração. Apoiando na afirmação de Hegel de que esta “*é o estado da alma em que o artista se acha quando realiza as suas concepções*”,⁶⁰ o nosso autor retira uma importante conclusão a de:

*“que o gênio dos brasileiros pertence ao clima, ao solo, ao Brasil finalmente. Assim uma virgem da terra helênica, transportada às regiões do novo mundo, nós diremos que ela é a filha das florestas, educada na velha Europa, onde a sua inspiração nativa se desenvolveu com o estudo e a contemplação de ciência e natureza estranha”.*⁶¹

A musa brasileira teria percorrido muitas cidades, visto gentes e costumes variados. Muitos dos letrados brasileiros tinham buscado a sua instrução no velho continente ou no exílio e por que percorreu a Europa, França, Itália, Espanha, ou Portugal, a musa brasileira teria se esquecido da “*pátria amada*”.⁶²

Nesse sentido, as letras brasileiras trilharam um caminho próprio, diferente das letras portuguesas, e sobretudo, carregaram nas tintas, saindo vitoriosas com sua *cor local* na lírica, nos cantos, na prosa. Por mais que as letras estivessem enquadradas num horizonte de sensações europeu e tentassem ver tudo que a arte fez de brilhante, elas se resignificavam ao imaginar os “*céus dos trópicos*,

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ Ibidem.

⁶² Ibidem.

apaixonada[s] pelo novo e maravilhoso”⁶³ dilatando-se, assim, na esfera da ciência e da arte.

Feita a defesa da nacionalidade da poesia brasileira, na última parte de seu ensaio, Nunes Ribeiro buscou remontar a sua origem e achar a sua característica. O início da literatura brasileira estava ligado intimamente à religião, a qual segundo o autor, teria fornecido os alicerces para a civilização nascente:

“Ainda os novos conquistadores do Brasil e os povos conquistados estavam na época rudimental das sociedades, quando a religião já presidia aos rudes ensaios de uma civilização nascente. A poesia sublime do cristianismo, esta poesia que enche o templo de Deus (...), a poesia da oração, dos salmos, das cerimônias sagradas, da palavra divina, santificou as primeiras fundações dos portugueses”.⁶⁴

Na opulência das cidades coloniais, que não deixavam de ter a cruz à vista de todos, a capela e as casas ladeadas, pouca instrução se fazia presente na vida dos índios e colonos. E, pouco que existia dela foi devida ao trabalho dos padres. A instrução religiosa de certo modo supria a ausência das instituições formais de ensino, expandindo assim, toda uma moral filosófica pautada no universo cristão. A doutrina cristã contribuiu para uma moralização da colônia, servindo de elixir para aquilo, considerava Nunes Ribeiro, que carregava certo ranço bárbaro. A religião formulara a moral, resumira a poesia, e também desenvolvera “os instintos nobres do homem colonial”, contribuindo assim, para a repressão das “paixões revoltosas, agressivas e carnavais”.

Para Nunes Ribeiro, a poesia nas mãos da religião foi um instrumento civilizacional incontestado, embora à época colonial, sua função fosse outra, a de evangelizar.⁶⁵ Mas Nunes Ribeiro, fazia uma leitura dentro de seu tempo, com referências de seu presente.

Situava o Padre Anchieta como a figura fundadora da poesia brasileira, dizendo que os primeiros ensaios de poesia dramática lhe são atribuídos. O destaque para Anchieta era devido tanto à sua contribuição pessoal, através da

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ Para tanto, é Angel Rama que mais nos auxilia a perceber essa função da classe eclesiástica na América colonial, em meio às relações de poder a que construídas, quando nos diz que *“a façanha educativa da Ordem, que se abre ao declinar o milenarismo dos evangelizadores, é paralela à estruturação administrativa e eclesiástica das colônias e portanto, uma pequena ainda que não desprezível parte da poderosa articulação letrada que rodeia o poder, manejando as linguagens simbólicas em direta subordinação das metrópoles”*. In: RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. SP: Ed. Brasiliense, 1985. p. 42

poesia lírica, quanto à sua ação evangelizadora nas vilas, introduzindo as noções básicas da moral, os princípios do bem e do mal e as noções de pecado e pena. O sentimento religioso e o elemento descritivo se uniram na poesia brasileira, e aos poucos foram tornando elementos do caráter da poesia, a piedade cristã, o amor da natureza, e a admiração das ações heróicas. Tal edifício religioso sofreu um abalo com a chegada das doutrinas de Voltaire e Rousseau, quando o sentimento religioso arrefeceu-se, as crenças viram-se atacadas e as paixões exaltadas.

Quanto à divisão literária em três períodos elaborada por Nunes Ribeiro, ele assim a justifica:

*“O primeiro abrange os tempos decorridos desde o descobrimento do Brasil até o meado do século XVII. – Cláudio Manuel da Costa faz a transição desta época para o segundo que termina em 1830. – Os Padres Caldas e S. Carlos bem como o Sr. José Bonifácio, formam a transição para o terceiro em que nos achamos. A primeira época pode ser representada por Manoel Botelho de Oliveira; nela reina o pensamento da literatura espanhola da decadência. A segunda dificilmente pode achar representante, mas julgamos que Silva Alvarenga é o mais próprio, é o que mais idéias mostra filhas da influência então dominante. Esta época é regida pelo espírito das literaturas do século de Luís XIV, e de Voltaire. A terceira época. O seu representante legítimo e natural é o Sr. Dr. Magalhães”.*⁶⁶

Ao periodizar essa literatura, Nunes Ribeiro não estava meramente fazendo sua cronologia. O autor por meio deste procedimento também a singularizava na experiência brasileira.

Por fim, cabe destacar que a intenção do autor foi mostrar que a literatura é “a mais viva e fiel expressão da sociedade” e que para caracterizá-la como nacional, o autor lançou mão da seguinte estratégia argumentativa: primeiro, Nunes Ribeiro replicou a tese de imitação da literatura portuguesa, desfazendo os argumentos dos dois críticos – Abreu e Lima e Gama e Castro –, de que a literatura brasileira era nula e pertencente a outro país. Em seguida, fez um paralelo entre os poetas portugueses e brasileiros, procurando examinar a opinião omitida por alguns literatos, que só concediam ao Brasil uma literatura imitativa e transplantada da Europa. Por último, tentou provar que os poetas brasileiros tinham cantado os sentimentos e crenças nacionais que, de certa forma, “no

⁶⁶ *Minerva Brasiliense*, nº 1, 1 de novembro de 1843.

gênero descritivo tinham feito belíssimas pinturas”, ao passo que tentou, também, periodizar a literatura brasileira.

Ao recuperar as estratégias de Nunes Ribeiro, podemos perceber que o autor visava construir uma autonomia cultural. Segundo ele, a literatura deveria se ocupar dos temas nacionais sem, no entanto, afastar-se dos padrões europeus, considerados “civilizados”.

Em seu ensaio “*Literatura contemporânea francesa*” dividido em três artigos (15 de novembro, 1 de dezembro e 15 de dezembro de 1843), Émile Adet diz-nos que, ao observar os campos do conhecimento da existência humana no Brasil, “*vê-se que a França é a nação que mais tem contribuído neste século para o rápido progresso civilizador deste império*”.⁶⁷ Para o autor, “*de tudo que fora inerente ao caráter nacional*” o desenvolvimento intelectual no Império do Brasil foi marcado pela forte influência dos padrões culturais franceses.⁶⁸ Adet reconheceu que em seu tempo, o Brasil deixara de ser discípulo de Portugal para seguir as lições francesas.

Ao traçar a evolução do romance francês⁶⁹, Adet chegou à conclusão que somente a França possuía uma grande literatura, devido às experiências pelas quais a nação francesa já havia passado. Adet chamou a atenção também para outras esferas do conhecimento humano.

“O romance, que tomou novas feições: que toca hoje em todas as questões sociais, e não se acha comprimido no estreito círculo que outrora não pode alargar. A filosofia, que sob a influência do restabelecimento literário e do espiritualismo alemão, de um passo para a verdade. A história que ora entrou no domínio da filosofia e ultrapassou seus limites que punham travas à sua marcha. A lingüística que entregue em sábias mãos como Chezi, Jaubert, Saint-Marlin, Burnouf subiu ao ponto de elevar Bopp, Ticksen, Adelung, Humboldt”.⁷⁰

Embora tivesse certeza de que a França possuía elementos que a faziam possuir uma “*grande literatura*”, Adet não foi capaz de estabelecer um prognóstico para a literatura francesa. Isso porque a França, assim como outros Estados-nação, vivenciava o desenvolvimento da nacionalidade, a qual estava

⁶⁷ *Minerva Brasiliense*, n.2, 15 nov. 1843.

⁶⁸ *Ibidem*.

⁶⁹ Ao longo do segundo artigo de 1 de dezembro e do terceiro de 15 de dezembro de 1843, Adet traçou a evolução do romance em França. O autor apontou os romances históricos de Vitor Hugo, os romances de imaginação Chateaubriand, bem como, os romances de costumes, citando George Sand, Mme. Stael, Balzac, Eugenio Sue e outros.

⁷⁰ *Minerva Brasiliense*, *Op. cit.*

intimamente ligada à idéia de progresso. Além disso, Adet ratificou a singularidade da literatura, visto que esta seria a expressão das nacionalidades.

*“Há em todos os espíritos um despertar geral, uma atividade incessante para o progresso; mas também uma inquietação sobre o futuro, a incerteza sobre o presente. A literatura não tem ponto central para o qual tudo convirja; eis a causa, deste andar ao acaso, desta liberdade que se torna desordem; cada qual abre um caminho, cada qual forma um sistema”.*⁷¹

Enquanto no ensaio *“Literatura contemporânea francesa”* Emile Adet realçou algumas questões sobre a literatura contemporânea francesa, sobretudo, a sua literatura dramática emergente do tempo novo experimentado pela França desde 1789, no ensaio de 1 de janeiro de 1844, intitulado *“Da arte dramática no Brasil”*, o autor disse que não era o objetivo dele levantar uma questão *“tão conhecida e tão discutida pelas mais altas inteligências de todas as épocas”*: se o estudo e o progresso das letras em geral, do teatro em particular, contribuíam para a felicidade da humanidade.

Para o autor, a humanidade deveria *“gozar os produtos da civilização”*, independente do seu *“resultado da civilização”*. Entre alguns dos espaços de ação que simbolizavam o ser e estar civilizado, o espaço da literatura dramática também configurava-se como um desses *loce*. Enquanto afirmava que a literatura dramática francesa renascia, Adet lançava uma questão: *“Possui o Brasil uma literatura dramática”?*

Respondendo em seguida, o autor afirmava que não, visto que havia um número muito limitado de composições deste gênero, e que estas eram na *“maior parte das vezes imitadas ou traduzidas”*.⁷²

Ao final do ensaio, Adet, sugeriu ainda que se estendesse a censura a todos os teatros, mesmo aos das províncias, e que se criasse uma escola de declamação.

*“O que também recomendaremos, para bem da bela e alta literatura dramática, é a criação de uma escola de declamação: ao Conservatório Dramático pertence uma tal missão; que se não esqueça de cumpri-la, tanto mais que de seu interesse depende a prosperidade do teatro no Brasil”.*⁷³

⁷¹ *Minerva Brasiliense*, n.2, 15 nov. 1843..

⁷² Emile Adet citou Alvarenga Peixoto, que traduziu *Merope* de Maffei, Antonio José, autor de *Dom Quixote de La Mancha*, entre outros.

⁷³ *Minerva Brasiliense*, n.5, 1 jan. 1844.

Ao contrário de Nunes Ribeiro, que realizou uma defesa veemente da nacionalidade da literatura brasileira, Joaquim Norberto de Sousa em seu artigo “*Estudos sobre a literatura brasileira durante o século XVII*”⁷⁴ não abordou tal questão de forma tão incisiva.

Ao caracterizar o século XVII, contudo, Norberto de Sousa, a nosso ver, traiu-se numa pequena expressão. Diante da literatura seiscentista, lamentou que “*freiras e casquilhos*” tivessem tomado o lugar das musas quinhentistas portuguesas, classificando o período barroco como uma época de “*abundante esterilidade*”.

“(…) *freiras e casquilhos substituíram as musas de Bernardim Ribeiro, de Camões, de Sá de Miranda, de Ferreira, de Caminha, de Bernardes e de tantos outros insignes engenhos, e abundaram a literatura portuguesa de abundante esterilidade de obras de ridículos títulos e mediócras assuntos*”⁷⁵.

Se em 1843, Norberto de Sousa não estabelecera em suas palavras uma defesa aberta das letras – talvez por incertezas, não sabemos – como fizera Nunes Ribeiro, a polêmica sobre a nacionalidade da literatura teve repercussão anos mais tarde em seus trabalhos na *Revista Popular*.

Além de contribuir com pesquisa biográfica, histórica e literária para a *Minerva Brasiliense* e a *Revista do Instituto histórico e Geográfico Brasileiro*, na *Revista Popular*, Norberto de Sousa apresentou relevante contribuição à caracterização da literatura brasileira e sua qualificação nacional. Quando escreve na *Revista Popular* em 1860, a questão da origem e da nacionalidade da literatura brasileira parecia estar esclarecida. Vejamos um trecho dos escritos de Norberto de Sousa na *Revista Popular*:

“*A nacionalidade da literatura de qualquer povo demonstra-se por si mesma como a expressão de sua inteligência; é ela quem patenteia o espírito e a tendência de suas diversas fases, marchando em progresso ou decadência, segundo as modificações de seus costumes, de seus usos, de suas leis e de seu caráter. Negar essa nacionalidade por haver outro povo que fale idêntica língua, e em virtude dos vínculos que uniam os dois povos, é condená-lo à condição do escravo, que ainda depois de liberto tem por destino produzir em benefício de*

⁷⁴ *Minerva Brasiliense*, n.2, 15 nov. 1843. Artigo dividido em duas partes. A segunda parte está contida no número 3 da revista em 1º de dezembro de 1843.

⁷⁵ Conservamos o grifo original. *Minerva Brasiliense*, n.2, 15 nov. 1843.

*outrem; tal foi porém o que se pretendeu não há muitos anos a nosso respeito em referência a Portugal”.*⁷⁶

Ao tratar do problema da periodização em seu texto “*Estudos dobre a literatura brasileira durante o século XVII*” publicado na *Minerva Brasiliense*, Norberto de Sousa reforçou sua posição política, e sobretudo, a genealogia da literatura que descenderia da matriz portuguesa. Norberto dividiu a história literária brasileira em, Século I (1500), do descobrimento até os fins do XVII, Século II (1600), Século III (1700), Século IV (1800), e o seu tempo vivido.

Outros textos de Joaquim Norberto de Sousa também serviram como referência para o processo de formação e afirmação da literatura nacional brasileira como, por exemplo, “*Considerações gerais da literatura brasileira*”⁷⁷, em que alegou que não tínhamos cavaleiros medievais, mas que *tínhamos o passado de nossos índios*. Nesse sentido, exaltou com bastante juízo de valor, a natureza brasileira e o índio, visto como nativo possuidor de uma ideologia, de uma história e de uma religião. De acordo com o autor, o *nosso passado* residiu também na guerra contra os holandeses, nas bandeiras paulistas, e na independência política,⁷⁸ como fica claro a seguir:

“Não temos castelos feudais, nem justas, torneios, lidas e combates de ricos homens e cavaleiros seguidos de seus escudeiros (...) montando seus corcéis andaluzes, empunhando seus montantes, por cuja cruz juravam com seus penachos que açoitavam os ares dançando sobre elmos, com suas armaduras, peitos, viseiras, bracelões (...). Não temos; mas possuímos a idade desses povos primitivos com todas as suas tradições, costumes usanças e crenças cheias de um maravilhoso verdadeiramente poético; (...) Possuímos igualmente a nossa idade média, cujos testemunhos são esses rochedos ensangüentados, essas areias rociadas de sangue com a luta dos Holandeses, essas cidades fundidas sobre o crânio de raças estrangeiras e indígenas que disputavam aos portugueses a posse dos terrenos para a fundação de suas feitorias, esses padres que precedidos do estandarte do cristianismo se embrenhavam pelos bosques, subiam as serras (...) entoando seus cânticos sagrados, arrancado as tribos do paganismo. (...) Esses paulistas com a sua cavalaria errante que do Taubaté partiram em busca das minas de ouro, que travavam guerra com os Emboabas (...) e em suas excursões penetraram os sertões, (...) e foram além fronteiras brasileiras arrasar cidades

⁷⁶ *Revista Popular*, Rio de Janeiro: B. L. Garnier, ano 2º, 6: 298-305, abr-jun, 1860. In: ACÍZELO, Roberto (org). *Joaquim Norberto de Sousa Silva. História da literatura brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002.

⁷⁷ *Minerva Brasiliense*, n.14, 15 mai. 1844.

⁷⁸ Embora de certa forma estejam ligados à temática da literatura, os eventos que o autor selecionou nos indica, para além das palavras, a construção de um imaginário político, social e simbólico que se configurou ao longo da experiência do Reinado de D. Pedro II. Toda uma visão de mundo contemplada na hierarquização social, na construção de uma memória da dinastia dos Bragança, e sobretudo, nas relações dialéticas entre civilizador/civilizado e o bárbaro.

fundadas por espanhóis, aprisionar índios que lhes ajudassem a minerar as terras auríferas! Época cheia de painéis brilhantes que pertencem ao domínio da poesia e dos quais tão somente a poesia pode tirar toda vantagem. A luta gloriosa de nossa independência, em que um só grito soltado nas margens do Ipiranga por um príncipe magnânimo, ecoa de boca em boca estruge do Amazonas ao Prata, e reúne em torno de si todo um povo que desperta como um leão que dormia, armas em punho, para reivindicar a sua liberdade (...).⁷⁹

Na crítica literária presente na *Minerva Brasiliense*, pouco foi falado do índio como elemento simbólico da nacionalidade da literatura. Podemos citar como exemplos, Norberto de Sousa com o texto acima e os fragmentos da obra poética *Três dias de um noivado*, de Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa.

Com o intuito de dar movimento às idéias, foi de modo proposital que não colocamos logo em seguida à análise do ensaio “*Da nacionalidade da literatura brasileira*” de Nunes Ribeiro, as críticas ao artigo estampado no primeiro número da revista.

A posição assumida por Santiago Nunes Ribeiro provocou reações em diversos periódicos, entre eles o *Jornal do Comércio*, a *Sentinela*, no *Brasil*. Para Nunes Ribeiro, as palavras de seus contestadores nem sequer colocaram em xeque as suas asserções.

“Quando no 1º número da Minerva tentamos reivindicar a glória da literatura brasileira, esperávamos que a crítica se ocupasse deste objeto importantíssimo, receando ao mesmo tempo que os nossos argumentos fossem rebatidos, não porque a nossa opinião nos pareça duvidosa, mas porque não tínhamos tido o tempo necessário para evidenciar a verdade que ela encerra. Até hoje, porém, nada temos visto que justifique tal receio”.⁸⁰

Nunes Ribeiro transcreveu as afirmações publicadas no jornal *Sentinela* por um de seus opositores, denominado *O Arquivista*. Tal opositor, disse que

“a literatura está de tal sorte ligada com a linguagem e a religião, que enquanto esses objetos não forem diversos, não se poderá bem distinguir uma de outra (a portuguesa da brasileira)”⁸¹

Convicto de suas idéias, Santiago Nunes Ribeiro, respondeu:

⁷⁹ *Minerva Brasiliense*, n.14, 15 mai. 1844.

⁸⁰ *Minerva Brasiliense*, n.4, 15 dez. 1843.

⁸¹ *Minerva Brasiliense*, n.4, 15 dez. 1843.

*“E não sabe o autor que a França, a Espanha e Portugal têm a mesma religião, e todavia possuem literaturas diferentes? No que diz da linguagem, o Arquivista nem ao menos se dá ao trabalho de exprimir-se com precisão e propriedade, como o nosso caso o pede; linguagem não é o mesmo que língua no sentido estrito; é desta última que o autor quis falar; mas, ainda que perdoado seja desta culpa, não pode sê-lo da cometida no sofisma que empregou”.*⁸²

No ensaio, Nunes Ribeiro revisitou o trecho de Gama e Castro citado no primeiro número da revista, que se opôs à nacionalidade da literatura brasileira:

*“São as línguas que dão nome às literaturas antigas e modernas: para que existisse literatura brasileira, preciso era que estivesse consignado em outra língua que não na portuguesa”.*⁸³

Nunes Ribeiro indagou sobre a premissa sustentada por seu contraditor, de que *“o Brasil era colônia portuguesa formada de portugueses que para aqui transportaram seus penates, com a mesma religião, debaixo das mesmas leis”*. E acrescentou outra questão, que importaria à existência de todas essas causas que tendiam a identificar as literaturas dos dois países: se o clima, as inspirações e os novos hábitos que ele trazia deviam necessariamente influir os brasileiros.

Para mostrar que a premissa era insustentável, Nunes Ribeiro falou que o crítico Gama e Castro precisaria destruir uma a uma as razões que foram pontuadas a favor de sua tese, tanto as diferenças entre as duas literaturas, quanto as autoridades que se alegaram a favor da influência do clima. Nunes Ribeiro estava certo de que a argumentação de Gama e Castro não estava suficientemente bem elaborada a ponto de “abalar” seus fundamentos.

*“Vejam se por ser colônia portuguesa, com a mesma religião, costumes, etc., não devia sentir a influencia do clima, que tudo modifica mais ou menos. Muito mal vai o nosso adversário negando que o Brasil pudesse em virtude dessa influência ter uma literatura sua”.*⁸⁴

O autor não apenas enfatizou que o seu adversário *“não só [julgou] o Sr. Garret”* onde este defendeu a possibilidade *“do clima do Brasil inspirar uma poesia particular e diversa da portuguesa no seu colorido e feições”*, mas também lhe causou estranhamento ao ver seu adversário admitir que os poetas

⁸² Ibidem.

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ *Minerva Brasiliense*, n.4, 15 dez. 1843.

brasileiros não eram nacionais e não enriqueceram as suas produções com a poesia especial que o clima inspirava.

Para Nunes Ribeiro, seu contendor não representava de maneira positiva as opiniões desses “homens ilustres”, que fizeram jus ao contestar a idéia de que o Brasil “*nada devia oferecer de novo à imaginação do poeta, que o homem nascido neste clima devia ser por muitos séculos o homem da imitação das artes*”.

Nunes Ribeiro explicitou que Garret julgara ser o clima, a influência mais importante sobre os poetas brasileiros e que o seu opositor, assim como Garret, pareceu não levar em conta a influência que este exerceria na religião, na educação, e nas causas que tendiam a identificá-los com a poesia portuguesa. O que o autor defendeu foi que, ao invés de negar a influência das causas sobre a poesia, era necessário “*provar que não podiam ser inteiramente paralisadas ou nulificadas pela influência contrária*”. A intenção do autor sugeriu uma determinação do papel que estas causas deveriam ter na produção da arte brasileira.

“Os que parecem entender que as inspirações do clima deviam ser tudo, são o Sr. Garret e alguns ilustres brasileiros cujas opiniões combatemos no já citado artigo, e que increpavam aos poetas seus patrícios por não terem sacudido o jugo da tradição. Nós tentamos demonstrar que lhes não era dado subtraírem-se ao poder do seu século, e com diversas considerações filosóficas procuramos apreciar devidamente o jogo dessas influências encontradas. Colocando-nos num juste milieu (certo contexto) fomos ecléticos, porque não concedemos tudo ao império do clima, nem tudo ao império da religião, costumes e tradições, que a população brasileira recebera de Portugal”.⁸⁵

A respeito da nacionalidade da literatura brasileira, Nunes Ribeiro citando o barão de Humboldt, afirmou que

“o clima, a configuração do terreno, a fisionomia dos vegetais, o aspecto da natureza, ou aprazível ou bravia, [influenciam] no progresso das artes e no ‘estilo que distingue as produções destas’. [E que] “a literatura do novo mundo deveria, portanto, apresentar pensamentos novos com ele, singulares como a natureza que tem patente aos olhos””.⁸⁶

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ *Minerva Brasiliense*, n.4, 15 dez. 1843.

Nunes Ribeiro recuperou novamente o pensamento do barão: “*Experimentará, o americano, por ventura, nas suas florestas intactas, as mesmas impressões que nós sentimos nos bosques de contínuo desbastados pelo ferro do lenhador*”?

Como resposta ao questionamento do barão, o autor indicou que seria necessário fazer uma apreciação metódica de algumas poesias brasileiras, para que estas apontassem os “*toques nacionais*” e que as distinguíssem das “*formas comuns a todas as literaturas, e as mais especiais das européias*”.

O letrado ainda alertou que “*no exame das poesias brasileiras*” não cumpriria “*ver somente a exterioridade da arte, que muitas vezes [apresentava] as formas gregas e romanas; [cumprindo] também atender ao sentido oculto, à intimidade, ou pelo menos ao elemento da poesia tradicional que nela se [achava] combinada ao elemento americano*”.⁸⁷

Nesse sentido, vê-se a literatura passando de um caráter mais descritivo para um caráter mais sentimental, mais íntimo. Nesse momento, a literatura genuinamente brasileira defendida por Nunes Ribeiro estabeleceu uma performance, uma empatia entre sentimento e imaginação. No entendimento desse grupo de letrados do qual Nunes Ribeiro fazia parte, a riqueza descritiva prejudicava as obras sentimentais. A união entre sentimento e imaginação nas obras literárias, sobretudo, no que referimos de modo geral ao campo das artes, alicerçou e impulsionou, a um só tempo, a construção da nação brasileira. O movimento da “expansão para dentro” na experiência imperial brasileira parecia estar contido no próprio processo de formação da literatura.

Corroborando a defesa de uma nacionalidade da literatura brasileira, foi inserido no sexto número da revista o extrato do discurso⁸⁸ pronunciado por M. Mennecht em 1843 no Congresso Histórico de Paris. A publicação foi promovida por Januário da Cunha Barbosa, o que prova sua conformidade com as idéias defendidas pela *Minerva Brasiliense* e seu diretor. Para o francês, a literatura era nacional quando estava em concordância com a história, com as leis, com os costumes, com a religião, com o clima e com a natureza do país, e caberia ao poeta recorrer a estes elementos como fonte de inspiração.

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ *Minerva Brasiliense*, n.6, 15 jan. 1844.

*“A literatura é nacional quando está em harmonia perfeita com a natureza e clima do país e ao mesmo tempo com a religião, costumes, leis e história do povo que o habita. A natureza é o primeiro espetáculo que se oferece ao homem à sua entrada na vida; o clima é a primeira sensação que ele experimenta; a religião, depois das afeições da família, é o primeiro amor que se lhe dá; os costumes formam o primeiro laço social que o liga a seus concidadãos; as leis são o primeiro jugo a que é forçado submeter-se; a história é a primeira glória de que pode ufanar-se. Onde pois o poeta que quer ser nacional irá procurar suas inspirações”. (...) Sabemos que há uma poesia independente dos tempos e dos lugares, poesia que não pertence a algum século, a algum país em particular, e sim a todos os países e a todos os séculos”.*⁸⁹

Mennechet falou de uma poesia universal que atestava uma origem comum, essa poesia, contudo *“[se modificaria] ainda assim pela expressão, sob a influência de causas diversas que [obrassem] nela; e estas causas [seriam] precisamente o que [dava] a poesia um caráter nacional que a [distinguisse] e a [fizesse] reconhecer como pertencente antes a um país do que a outro”.*⁹⁰

Quanto às crenças, o autor afirmou que a imaginação do poeta deveria estar “ligada” a Deus; já com as leis a ligação seria ao governo do país.

*O culto, quaisquer que sejam a sua extravagância e absurdo, será um dos primeiros elementos de sua poesia; ele se fará logo poeta nacional pela religião, afim de o ser depois pelos costumes, pois que sabe que a religião impera nos costumes. (...) A moral é uma e a mesma coisa em todos os povos, porque é como religião, uma verdade que emana de Deus. Mas em todos os povos os costumes diferem. (...) O poeta será nacional pelos costumes, da mesma sorte que o é pelas crenças (...) o poeta não se pode colocar debaixo da ação dos costumes sem colocar-se ao mesmo tempo sob a das leis; e por leis devemos entender o todo das instituições; ou mais claro, o governo do país”.*⁹¹

Por fim, após discorrer sobre o papel da história⁹², afirmou ter demonstrado que a natureza e o clima de um país, a religião, os costumes, as leis e a história dos povos que o habitam seriam influências constantes sobre a literatura, e que *“a literatura [seria] nacional quando [estivesse] em harmonia com a história, com as leis, com os costumes, com a religião, com o clima e com a natureza do país em que nascera”.*⁹³

⁸⁹ *Minerva Brasiliense*, n.6, 15 jan. 1844. Grifos nossos.

⁹⁰ *Ibidem*.

⁹¹ *Minerva Brasiliense*, n.6, 15 jan. 1844.

⁹² *“A história é um arsenal de armas encantadas: é uma lira, da qual todas as cordas vibram harmoniosamente ao coração dos seus concidadãos. Tome ele as suas armas, faça ressoar esta lira, se quer que se ajuste a seu nome o glorioso título de poeta nacional!”* In: *Minerva Brasiliense*, n.6, 15 jan. 1844.

⁹³ *Ibidem*.

Essa literatura deveria estar em conformidade com esses elementos, além de estar também em harmonia com uma palavra que vinha sendo bastante difundida no século XIX, a utilidade.⁹⁴

No texto, “*Utilidade e vantagens das ciências e das letras*”⁹⁵, Dr. Lapa fez considerações gerais sobre o tema, e combateu a opinião dos que a consideravam prejudicial à felicidade humana. O estudo das ciências e das letras, para o autor, era o que mais interessava em relação ao espírito humano, pois, “*elas [patenteariam] à sua inteligência todo o sistema do mundo físico e moral, e o [levariam] a conhecimentos positivos acerca de tudo quanto pode concorrer para satisfação das precisões da vida, e para o exercício livre e tranqüilo de sua existência social*”.⁹⁶

Para os homens que compartilhavam as mesmas convicções do Dr. Lapa, somente através dos estudos das ciências e das letras, o homem poderia “sair de si mesmo e ampliar o domínio de sua existência”. As letras formavam o coração e o espírito do homem oitocentista, nelas concentravam uma carga pedagógica, pois, “*elas [ensinariam] como conhecer e apreciar as doçuras da virtude humana*”.

“Tão necessárias, as ciências e as letras, à felicidade do homem civilizado, como importantes ao progresso de sua perfeição moral: importante, digo, porquanto os serviços que elas tem feito, e diariamente prestam ao espírito humano. (...) A cultura das letras é hoje para o homem civilizado de necessidade tão imperiosa ao seu espírito, como útil ao seu descanso e ao aperfeiçoamento de sua razão e inteligência. A história, a eloquência, a poesia, a música, inexauríveis mananciais de gozos puros e duradouros, posto que menos importantes e necessárias que as ciências, são-no todavia bastante aos prazeres do espírito, que em grande cópia de homens servem, digamo-lo assim, como de complemento à sua felicidade. (...) Em todos os países e em todas as épocas da vida, as letras recreiam

⁹⁴ O utilitarismo foi uma teoria naturalista sobre os fundamentos da moralidade. Defendeu que o prazer ou a felicidade era o único fim último da ação, e que a ação moral tinha que maximizar, imparcialmente, a felicidade de todos. Em 1789, Jeremy Bentham (1748-1832) publicou sua maior obra teórica, *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. Bentham estudou pormenorizadamente a aplicação do princípio da utilidade como fundamento da conduta individual e social. Bentham indagou que sentimentos deveriam ser preferidos a outros, salientando que se deve levar em consideração todas as circunstâncias do prazer, sua intensidade, duração e pureza. Ainda indagou quais os castigos e recompensas que poderiam induzir o homem a realizar ações criadoras de felicidade e quais os motivos determinantes das ações humanas, com seus respectivos valores morais. A respeito dessas questões foi de particular importância a análise de Bentham dos motivos que levavam o homem a agir de certa forma e não de outra. Para Bentham, o que conduzia à promoção do princípio de utilidade foi a benevolência ou boa vontade, e em seguida, viriam a necessidade de estima dos outros, o desejo de receber amor, a religião e os instintos de autopreservação, de prazer, de privilégio e de poder. Para ver o *princípio de utilidade* consultar BENTHAM, Jeremy. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 3-7.

⁹⁵ *Minerva Brasiliense*, n.5, 1 jan. 1844.

⁹⁶ *Ibidem*.

*e descansam agradavelmente o espírito do homem; instruem e formam a mocidade; deleitam e aformosentam a vida na velhice; abrilhantam e servem de ornamento na prosperidade, consolam na desgraça, e são asilo seguro contra as dores pungentes da alma”.*⁹⁷

Ao procurar introduzir os antecedentes e o caráter dos progressos literários e sociais da nação brasileira, Santiago Nunes Ribeiro em seu ensaio intitulado “*As grandes fases da civilização brasileira*”⁹⁸ corroborou as discussões acerca da cultura das letras, ao comentar sobre a imprensa periódica e seu aperfeiçoamento em diferentes áreas, tais como a científica e a literária.

Tomando a imprensa como uma das expressões dessa cultura das letras, o autor recuperou o periódico *O Patriota*, citado por nós no primeiro capítulo.

*“A imprensa periódica apareceu e mostrou-se noticiosa, literária e científica, mais do que o tem sido em tempos bem recentes. O Patriota, jornal publicado nessa corte, abona esta observação. Posteriormente o jornalismo político se apoderou da imprensa, deixando raramente que aparecesse alguma publicação, destinada à ciência e letras, se excetuarmos a que consignam os trabalhos das sociedades sábias. Assim devia acontecer numa época de demolição e construção social”.*⁹⁹

Como citado anteriormente, *O Patriota*, na primeira década do século XIX, teve uma inclinação cultural. Nas palavras de Nunes Ribeiro conseguimos enxergar um quadro analítico no que tange à relação entre história, imprensa, política e literatura. Se atentarmos para o fim do período regencial, marcado pela instabilidade política, e pela coexistência de diversos projetos políticos, enxergamos a imprensa recaindo para o campo literário. Nesse sentido, não resta dúvida da ligação íntima entre política e literatura. Vejamos a percepção de Nunes Ribeiro sobre tal fato:

*“Com a investidura do Monarca nos seus poderes majestáticos, cessou o provisório, e a política entrou nos seus limites naturais, conservando, todavia, toda a influência e predomínio que exerce em nossos tempos. Tenha-se operado, de um modo latente, uma revolução nos espíritos: haviam renascido os gostos literários, quem também contribuiu para o alargamento do público literário no Brasil: Hoje, porém, além destas que o tem em maior grau, o gosto da leitura se acha na parte sã de todas as classes”.*¹⁰⁰

⁹⁷ *Minerva Brasiliense*, n.5, 1 jan. 1844.

⁹⁸ *Minerva Brasiliense*, n.25, 15 nov. 1844.

⁹⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

Embora, os ânimos políticos não estivessem acalmados de maneira mais sólida após o Golpe da Maioridade, ânimos literários renasceram em uma nação em formação, havendo assim, uma reativagem dos caminhos da imprensa literária na nação brasileira pós-1840. Os letrados começaram a moldar os parâmetros de uma sociedade, que fora do prumo das letras, não chegaria à civilização. Não podemos deixar de mencionar, contudo, a subvenção do aparelho estatal para aqueles espaços de produção de conhecimento que engrandeciam o espírito da nação, tais como, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a Academia Imperial de Medicina, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Colégio Pedro II, entre outros. Dentro desses espaços estavam aqueles que constituíam a “*parte mais sã*” da sociedade e, sobretudo, aqueles que formavam para o futuro da mesma.

Porém, este ensaio funcionou como fortalecedor de um objetivo que a revista possuía no momento, o de abranger um público de diferentes matizes. Para conseguir esse objetivo, ela não deveria contribuir somente para uma “*instrução sólida e substancial*”, mas também apresentar um caráter recreativo, destinado a variados tipos de leitores, entre eles, negociantes, fazendeiros, comerciantes, etc. Nunes Ribeiro reforçou, contudo, a necessidade de fugir dos moldes de *Magazines*, mantendo assim, as seções destinadas aos professores, cientistas, economistas, físicos e aos letrados. Este novo período da *Minerva Brasiliense* foi aquele no qual Nunes Ribeiro passou de colaborador a redator-chefe da revista, com a saída de Torres Homem.

O ensaio de Nunes Ribeiro, citado anteriormente, marcou a transformação da temática dos ensaios ligados diretamente à nacionalidade da literatura brasileira. Dos trinta e um números da *Minerva Brasiliense*, pelo menos desde o décimo segundo número da revista, a questão sobre a nacionalidade da literatura pareceu estar estabelecida. Esta ação não foi feita inconscientemente por parte daqueles que se debruçaram sobre a questão.¹⁰¹ Ao contrário, esta ação foi politicamente elaborada.

Na verdade, os alicerces da nacionalidade da literatura foram estabelecidos por esses letrados. Embora os ensaios sobre tal questão não fossem mais

¹⁰¹ Nesse caso, a mudança da temática dos ensaios denota que a existência de uma literatura nacional já era dada como certa, não sendo mais necessário um retorno de discussões específicas sobre o tema.

recorrentes, as subdivisões sobre *Poesia* – como a lírica, a herói-cômica, a dramática – e a *Ficção* – como a novela, o conto e o romance – permaneceram ao longo da revista reforçando sempre o papel da literatura, como expressão da nacionalidade.

A partir de 15 de abril de 1844 (12º número), aqueles que dirigiam a revista começaram a demonstrar esse deslocamento, ao enfatizarem a História como tema de discussão. Tal deslocamento se deu ao passo em que desenvolvia-se um projeto político no interior do IHGB, que atribuiria à História o papel de “narrar” a nação e singularizar sua experiência.

Em suma, a História fora vista como um instrumento para a compreensão do presente e encaminhamento do futuro. Esses princípios foram bastante relevantes para aqueles que, no Brasil, se incumbiram da tarefa de escrever uma história nacional. De acordo com Manoel Salgado Guimarães, enquanto no velho continente os processos de escrita e disciplinarização da história encontravam-se fundamentalmente no espaço da universidade, entre nós essa tarefa ficara preservada nos espaços acadêmicos ilustrados, com acesso restrito, regulamentado por critérios que passavam pela teia das relações sociais e pessoais.¹⁰²

Não obstante, procuramos demonstrar nos ensaios selecionados, como os letrados da *Minerva Brasiliense* lidaram com os influxos internos e externos a respeito da nacionalidade da literatura brasileira e, sobretudo, mostrar o destaque que teve a revista no processo de discussão e formação da literatura nacional. No capítulo seguinte analisaremos outras temáticas presentes na revista que, assim como a questão da literatura, foram fundamentais para a constituição do Império do Brasil nos moldes de uma nação moderna. São eles: a história, a civilização, o progresso e a instrução pública.

¹⁰² GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos trópicos: O IHGB e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, nº 1, 1988, p. 10.